

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
NÍVEL MESTRADO

Larissa dos Santos Serafim

**RESISTIR, EXISTIR: TRAJETÓRIAS DAS MIGRANTES SOLO EM PORTO
ALEGRE (2017 - 2020)**

Porto Alegre
2021

Larissa dos Santos Serafim

**RESISTIR, EXISTIR: TRAJETÓRIAS DAS MIGRANTES SOLO EM PORTO
ALEGRE (2017 - 2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Prof^a. Orientadora: Dra. Maria Lúcia Moritz.

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Serafim, Larissa
RESISTIR, EXISTIR: TRAJETÓRIAS DAS MIGRANTES SOLO
EM PORTO ALEGRE (2017 - 2020) / Larissa dos Santos
Serafim. -- 2021.
100 f.
Orientador: Maria Lúcia Moritz.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Migração. 2. Gênero. 3. Refúgio. I. Moritz,
Maria Lúcia, orient. II. Título.

Larissa dos Santos Serafim

**RESISTIR, EXISTIR: TRAJETÓRIAS DAS MIGRANTES SOLO EM PORTO
ALEGRE (2017 - 2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Prof^a. Orientadora: Dra. Maria Lúcia Moritz.

Conceito final: A
Aprovada em: 23/06/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Lúcia R. de Freitas Moritz – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Jussara Reis Prá – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Verônica Korber Gonçalves – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques – Examinadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2021

À Antônio José Jardim Maciel (em memória)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, Adão Valdecir Gomes Serafim, Izabel Cristina dos Santos Serafim e Lorenzo dos Santos Serafim, por estarem sempre ao meu lado, me proporcionando amor e suporte. Obrigada por não medirem esforços para que todos os meus sonhos fossem possíveis.

À minha segunda família, Nanci e Antônio Maciel, que sempre estiveram presentes em todas as etapas da minha formação. Agradeço por sempre estarem disponíveis para me auxiliar no que for preciso.

Agradeço à minha orientadora, Maria Lúcia Moritz, pelos ensinamentos e conselhos que foram essenciais para a realização desta dissertação, por sempre estar à disposição para sanar minhas dúvidas e contribuir para que minha experiência no mestrado fosse a melhor possível.

Às professoras Jussara Reis Prá, Teresa Cristina Schneider Marques e Verônica Korber por aceitarem o convite para comporem a banca de defesa.

Às mulheres migrantes que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa e compartilhar suas histórias conosco. Sem vocês não teria sido possível.

À irmã que a vida me deu, Janaína Barbosa. Obrigada por me ouvir, me aconselhar, me fazer rir e me apoiar. Tu me inspiras a ser minha melhor versão.

À Raíssa Sanguinetti, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos, e especialmente, por me dar suporte quando eu mais precisei.

Às companheiras que o UFRGS e o NIEM me deram, em especial Marina Grandi Giongo. Obrigada pelo ombro amigo, pelas dicas de leitura, ajuda com ABNT e videochamadas nas horas mais inusitadas, tu deixas tudo mais leve e divertido.

Aos servidores da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em especial ao Lucas, por sempre prestar auxílio de forma ágil e eficiente.

Aos Governos do Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva e Dilma Rousseff, que tornaram possível eu ser a primeira da família a alcançar um diploma de mestrado. Tenho certeza que não serei a última.

A todas as mulheres que vieram antes de mim e abriram caminho para que fosse possível ocupar esse espaço. Obrigada.

“Talvez nós todos sejamos imigrantes trocando uma casa por outra. Primeiro, deixamos o útero por ar, depois os subúrbios pela cidade imunda, em busca de uma vida melhor. Alguns de nós simplesmente deixam países inteiros.”

Rupi Kaur
O Que Faz o Sol com as Flores

RESUMO

As duas últimas décadas têm sido marcadas por um aumento exponencial das migrações forçadas. Devido a guerras civis, insegurança alimentar, desastres ambientais e aumento das desigualdades entre Sul e Norte Global, cada vez mais pessoas necessitam deixar seus países de origem em busca de sobrevivência. Apesar de midiaticamente as atenções estarem voltadas para os fluxos migratórios no continente europeu, as migrações Sul-Sul possuem grande relevância quantitativa. Na América do Sul, os fluxos são predominantemente fronteiriços, com destaque, na última década, para o deslocamento forçado de venezuelanos. No Brasil, no século XXI caracteriza-se a retomada de ondas migratórias, sendo destino, especialmente, de haitianos e venezuelanos. Essa nova onda difere-se das anteriores por seu caráter Sul-Sul e também pela heterogeneidade de seus personagens, especialmente pela feminização das migrações. Atualmente, as mulheres são metade da população deslocada. No entanto, as pesquisas, projetos e políticas, não seguiram essa tendência invisibilizando as experiências engendradas das mulheres migrantes ou colocando-os apenas como coadjuvantes e/ou acompanhantes de seus cônjuges. Posto isso, propomos aqui investigar como gênero molda as experiências de mulheres migrantes, destacando seu protagonismo nesse processo. Para tanto, propomos um estudo de caso, com estrangeiras em Porto Alegre/RS. Entrevistamos 20 mulheres de diferentes raças, origens, etnias e idades, nosso critério foi apenas ter ingressado sozinha, entre os anos de 2017 e 2020, os eixos temáticos foram: maternidade, mercado de trabalho, violências, raça e resistências. Os resultados apontaram para o caráter interseccional de suas vivências, onde gênero se cruza com outros marcadores sociais como nacionalidade, raça e classe formando uma teia complexa de opressões as quais influenciam suas experiências migratórias. No entanto, destacamos que apesar da subalternização a qual elas estão propensas, suas existências como mulheres migrantes solo, apesar da falta de amparo governamental, caracterizam um ato de resistência.

Palavras-chave: Migração. Refúgio. Gênero. Violências. Raça. Interseccionalidade.

ABSTRACT

The past two decades have been marked by an exponential increase in forced migration. Due to civil wars, food insecurity, environmental disasters and increasing inequalities between the South and the Global North, more and more people are leaving their countries of origin in search of solutions. In spite of the media, those considered to be focused on migratory flows on the European continent, as South-South migrations have a large quantity. In South America, flows are predominantly borderline, with the emphasis on the forced displacement of Venezuelans in the last decade. In Brazil, in the 21st century, the resumption of migratory waves stands out, being the destination, especially, of Haitians and Venezuelans. This new wave differs from the previous ones due to its South-South character and also due to the heterogeneity of its characters, especially due to the feminization of migrations. Currently, women are half of the displaced population. However, research, projects and policies have not followed this trend, making them invisible as engendered experiences of migrant women or placing them only as assistants and/or companions of their spouses. That said, we propose here to investigate how gender shapes the experiences of migrant women, highlighting their role in this process. For this, we propose a case study, with foreigners in Porto Alegre/RS. We interviewed 20 women of different races, origins, ethnicities and ages, our criterion was just having entered alone, between the years 2017 and 2020, the thematic axes were: motherhood, the labor market, violence, race and resistance. The results pointed to the intersectional character of their experiences, where gender intersects with other social markers such as nationality, race and class, forming a complex web of oppression as which influences their migratory experiences. However, we emphasize that despite the subordination to which they are prone, their existence as solo migrant women, despite the lack of governmental support, characterize an act of resistance.

Keywords: Migration. Refuge. Gender. Violence. Race. Intersectionality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro de entrada de imigrantes/residentes por ano/país (2010-2019)	27
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de mulheres entre os migrantes internacionais, por área de destino, entre 1960 e 2000.....	44
Gráfico 2 - Relação de mulheres para cada cem homens migrantes na América Latina e Caribe (1970-2000).....	45
Gráfico 3 - Remessas internacionais (U\$\$) por porcentagem de migrações femininas	51
Gráfico 4 - Número de migrantes por nacionalidade	54

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIBAI - Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às migrações
CNIg - Conselho Nacional de Imigração
COMIRAT - Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas
CRAI - Centro de Referência em Atendimento Infanto-juvenil.
LGBTQI+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e intersexuais
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais
ONGs - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto interno bruto
UN-INSTRAW - Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA	26
2 POR QUE GÊNERO IMPORTA PARA OS DEBATES MIGRATÓRIOS?	36
3 VIVÊNCIAS ENGENDRADAS NO PROCESSO DE DESLOCAMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL	53
3.1 INFORMAÇÕES DAS ENTREVISTADAS.....	53
3.2 MIGRANTES SOLO E MATERNIDADE.....	55
3.3 INSERÇÃO DAS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO	61
4 AS VIOLÊNCIAS RACIAIS VIVENCIADAS PELAS MIGRANTES SOLO	67
4.1 RAÇA	76
4.2 MECANISMOS DE RESISTÊNCIA.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - Roteiro de entrevistas	97
ANEXO B - Listagem das entrevistadas	99

1 INTRODUÇÃO

Estamos na era da migração. Essa afirmação encontra-se no título do livro de Stephen Castles e Mark J. Miller, publicado nos primeiros anos da década de noventa. Desde então, a porcentagem de deslocados ao redor do mundo vem crescendo de forma exponencial, tornando o enunciado de Castles e Miller cada vez mais evidente. Até o ano de 2020, cerca de 272 milhões de pessoas (3,5% da população mundial) estão fora de seu país de origem; esse número ultrapassa a estimativa da Organização Internacional para as Migrações para o ano de 2050 (EDMOND, 2020).

Esse crescimento, em partes, justifica-se pela ascensão de novas tecnologias, do capital global, da transnacionalização do trabalho e de comunidades e identidades translocais (SASSEN, 1991). Entretanto, em contraste à euforia da globalização, o Sul Global¹ vem enfrentando eventos hediondos, como guerras e conflitos armados, limpezas étnicas, apartheid social, governos autoritários e consequências severas das mudanças climáticas. Todas essas ocorrências evidenciam as desigualdades entre o Sul e o Norte e resultaram no deslocamento de uma série, nunca antes vista, de povos em busca de direitos humanos e civis básicos, condições de subsistência e liberdade política (CASTLES; MILLER, 2009).

Entre as tendências observadas, evidencia-se o caráter heterogêneo dos participantes dos fluxos migratórios contemporâneos. Durante o período clássico das migrações era comum o migrante ser representado por uma figura masculina e em idade laboral, o que nem sempre traduzia a realidade dos indivíduos que se deslocavam (GABACCIA, 2016). Desde o final do século XXI, essa figura tem se atualizado e a face feminina dos deslocamentos internacionais têm estado mais em evidência, tanto na mídia quanto nas pesquisas acadêmicas. Entretanto, ainda é comum que elas sejam retratadas apenas como coadjuvantes do processo, participantes de reuniões familiares e/ou variáveis estatísticas. Com isso, interessamos aqui destacar o caráter de protagonismo que essas mulheres vêm desempenhando no processo migratório e para suas trajetórias de vida. Essas não mais migram como acompanhantes de seus maridos ou para encontrá-los no país

¹ Norte e Sul global refere-se ao grau de desenvolvimento das nações, eles remetem a divisão mundial pós-Guerra Fria, a qual não separa mais os países entre Leste (comunistas) e Oeste (capitalistas), mas sim entre Norte (desenvolvidos) e Sul (em desenvolvimento). Disponível em: <https://bit.ly/3vh73aS> Acesso em: 26 de março de 2021.

de destino; mulheres migram por razões próprias, para estudar, para trabalhar, para promover sustento para suas famílias, dentre outras tantas possibilidades. Nesses processos, elas são as agentes, tanto na fase decisória, quanto na trajetória e em seu estabelecimento no país de destino.

Por outro lado, as questões desse gênero ainda passam, muitas vezes, despercebidas por estudos e políticas públicas que ainda priorizam um caráter homogeneizador, os quais acabam por invisibilizar as experiências engendradas do processo pré e pós-migratório. A vista disso, os verbos escolhidos para compor o título dessa dissertação, “**resistir**” e “**existir**”, servem para destacar a necessidade de atenção para a existência dessas mulheres que são, por vezes, invisibilizadas e subalternizadas, porém resistem e continuam a procurar no deslocamento internacional a possibilidade de uma vida melhor para si e sua família. Quando utilizamos o verbo existir, buscamos evidenciar seu papel de protagonismo e agência para além da identidade coadjuvante, muitas vezes, a elas atribuídas por serem acompanhantes de seus companheiros ou receptoras de remessas internacionais. A agência está sendo aqui entendida como a capacidade do indivíduo de processar suas experiências de forma livre e independente, além de fazer escolhas e impô-las ao mundo externo (BANDURA, 2001)

Tomando aqui como premissa o protagonismo dessas mulheres, buscamos colaborar com os estudos migratórios, sob uma perspectiva de gênero, através do estudo de caso realizado na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 2019 e 2020, com mulheres migrantes solo, que ingressaram no Brasil no biênio 2019-2020. O termo solo é aqui empregado para designar aquelas que são inteiramente responsáveis por seu processo migratório e por sua sobrevivência durante o deslocamento, podendo inclusive, serem encarregadas de outros membros da família. Nossa questão central busca entender como gênero, raça e nacionalidade interseccionam-se e moldam as experiências das mulheres migrantes solo em Porto Alegre, a partir dos eixos analíticos maternidade, mercado de trabalho, violências, raça e resistências. Esses pontos foram escolhidos por serem temas recorrentes trazidos durante as conversas com migrantes. Nosso objetivo geral é destacar a heterogeneidade das experiências migratórias e demonstrar como suas múltiplas identidades são fatores determinantes para todas as etapas do processo migratório. Para este ser atingido, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) interagir com as mulheres migrantes solo na cidade de Porto Alegre a partir de entrevistas

semi-estruturadas; b) promover a escuta de suas histórias de vida tendo um roteiro como fio condutor; c) identificar os fatores de gênero, nacionalidade, raça e etnia nos seus relatos; d) analisar estes marcadores sociais sob a ótica da corrente intersseccional da Teoria Política Feminista, e por fim, d) identificar seu protagonismo em suas trajetórias e a busca de autonomia. Partimos da hipótese que a intersecção entre gênero, raça, classe, etnia e nacionalidade podem por vezes, colocá-las em situação de vulnerabilidade, todavia a migração para elas representa um ato de resistência e emancipação. A relevância desta dissertação justifica-se pelo destaque que os fluxos migratórios assumiram nas décadas iniciais do século XXI, bem como a lacuna de estudos na área da Ciência Política enfocando estes processos entre países do Sul Global. O recorte de gênero ganha especial relevância à medida que vem se reconhecendo que mulheres migrantes são invisibilizadas e suas vozes silenciadas em prol de análises homogeneizadoras sobre deslocamentos humanos.

Referimo-nos às mulheres aqui apenas como “migrantes”, levando em conta que definir conceitos é uma tarefa complexa, especialmente quando referimo-nos a um fenômeno que possui distintas ramificações, como é o caso das migrações. A palavra migração etimologicamente expressa sentido de movimentação, de pessoas ou animais, tanto de uma região para outra, como dentro de um mesmo país. O ato de migrar inclui a imigração, que se refere à entrada em determinada região, e a emigração trata-se da saída do seu local de origem. Dentro dessas categorias, existem subcategorias, de acordo com as motivações dos atores, como laborais, para fins de estudo, reunião familiar, questões de saúde, entre outros motivos de cunho pessoal; podendo essas ser voluntárias ou involuntárias. As ditas migrações forçadas são definidas como refúgio. Nesse sentido, “o imigrante é livre de escolher o seu local de destino [...], e é livre de voltar ao seu lugar de partida. O refugiado não é livre; independentemente das condições da sua partida fazem com que ele vá, não para onde quer, mas para onde ele pode” (CIERCO, 2017, p. 13). De acordo com a Convenção de Genebra, o termo “refugiado” aplica-se àqueles que:

possuam temor bem fundado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, que pertençam a um determinado grupo social ou opinião política, estejam fora do país de origem e não possam ou, devido a tal receio, não desejam valer-se da proteção desse país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua antiga residência habitual em decorrência de tal eventos, seja incapaz ou, devido a tal medo, não deseja retornar a ele (THE REFUGEE CONVENTION, 1951).

Conforme podemos observar existem definições bastante claras e delimitadas para cada fenômeno migratório, entretanto, essas determinações podem ser um tanto simplistas quando observamos casos concretos. A exemplo disso citamos os imigrantes ambientais. Essas pessoas são compelidas a deixarem seus países de origem devido aos efeitos do aquecimento global, aumento do nível do mar, avanço de desertos, escassez de recursos ou catástrofes naturais, ou seja, esses “se deslocam devido aos distúrbios causados pela relação entre a sociedade e a natureza” (LOPES; AB’SABER; HOSSNE, 2012, p. 412). No entanto, apesar de o deslocamento desses migrantes não ser de forma voluntária, e sim motivado por razão de sobrevivência, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), redigida no contexto da Segunda Guerra Mundial, não os reconhecesse como refugiados, assim como seus países signatários. Sendo assim, aqueles que migram por razões ambientais não estão sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Além disso, o status de refugiado garante ao indivíduo a permanência no território ao qual se deslocará, e a ele é aplicado o Direito Internacional dos Refugiados/Lei de Asilo. No caso dos imigrantes, aplica-se o Direito Internacional das Migrações, sendo os estados não obrigados a permitir sua entrada e nem a garantir sua permanência (LOPES; AB’SABER; HOSSNE, 2012).

Contextualizando o debate para o Brasil, o recente fluxo migratório haitiano para o país significou um desafio conceitual e legal, uma vez que não se enquadram no conceito de refugiado *stricto sensu*, pois suas motivações não estão relacionadas à guerra, nem tampouco à perseguição política. A legislação brasileira, apesar de ser signatária da Convenção (1951), possui uma conceituação mais abrangente de “refugiado”, seguindo as premissas da Declaração de Cartagena (1984),

[...] que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (OEA. Declaração de Cartagena de 1984. Resolução OEA/Ser.1L/V/II.66).

Em que pese o Brasil possuir uma visão mais ampla quanto à aplicabilidade do visto de refúgio, aqueles que deixaram seus países devido às crises ambientais ainda não estavam incluídos. Nesse contexto, logo após a passagem do furacão

Sismo, que devastou a cidade de Porto Príncipe, em janeiro de 2010, dezenas de solicitações de refúgio realizadas por haitianos eram sistematicamente negadas devido à falta de apoio legal (FERNANDES; FARIA, 2017).

Em 2012, buscando uma solução para a questão migratória haitiana no Brasil, o país apresentou a Resolução n. 97/2012², a qual concede visto humanitário aos cidadãos haitianos. O visto humanitário segue as premissas do conceito do migrante humanitário, referindo-se a “pessoas que estão fora de seu país de origem devido a uma ameaça iminente, a qual eles não têm acesso a um recurso interno ou resolução” (BETTS, 2013), sendo um meio complementar ao refúgio. Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil também estendeu a concessão desses vistos aos sírios (2013) e venezuelanos (2017). Entretanto, os últimos usufruíram desse visto por menos de um ano, pois a decisão foi revogada e substituída pela resolução normativa no 126 do CNIG, a qual concede o direito de residência temporária a nacionais de países fronteiriços ao Brasil.

Outra questão intrincada no que tange às definições dos migrantes são os acordos de residência firmados entre países pertencentes ao mesmo bloco econômico. No contexto da América Latina, o Brasil é signatário do Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL (2009), juntamente com Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, o que significa que os nacionais desses países poderão residir legalmente no território de outros países signatários, por até dois anos (BRASIL, 2009). Apesar dessa resolução ser um avanço nas políticas migratórias, ela também significa que para latino-americanos nacionais de países pertencentes ao Mercosul e associados, seria mais simples solicitar residência temporária em outros países signatários do acordo, do que solicitar refúgio, abrindo mão assim da proteção legal internacional concedida aos refugiados e asilados.

² Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País (CNIG, 2012).

Ao analisarmos a complexidade das nomenclaturas que definem os migrantes, e até mesmo sua volatilidade, optamos aqui por não distinguir entre imigrantes e refugiadas, preferimos entendê-las como apenas migrantes, migrantes de sobrevivência, conforme define Alexander Betts: “pessoas cujos próprios países são incapazes ou não querem garantir seus direitos humanos mais fundamentais e, ainda assim, não se enquadram no regime de refugiados.” (BETTS, 2013, p. 26). Entendemos que há motivos intrínsecos que levam a escolha da forma de entrada em determinado país e que o fato de não possuir status de “refugiado”, nem sempre se traduzirá automaticamente em migração voluntária/econômica.

Posto isso, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos. Além dessa introdução, o capítulo 2 tem o objetivo de debater a relevância em se aplicar lentes de gênero nas análises migratórias. E onde também faremos um breve panorama dos estudos a respeito da feminização das migrações. O capítulo 3 concentra-se em analisar os resultados obtidos nas entrevistas, sob a perspectiva da Teoria Política Feminista e está dividido de acordo com os eixos analíticos maternidade e mercado de trabalho. O capítulo 4 apresenta a análise dos eixos violência e resistência, tópico que antecede as considerações finais.

1.1 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

O estudo desenvolvido nesta dissertação trata de uma pesquisa qualitativa, guiada pela epistemologia feminista. Para Norma Graf (2010), estudos feministas devem ser orientados pela reflexão acerca dos seguintes questionamentos: 1) como o gênero influencia os métodos, conceitos, teorias e estruturas de organização da ciência? Como a ciência reproduz o preconceito? 2) de que maneira o gênero influencia na construção do conhecimento, no sujeito que constrói o conhecimento e nas práticas de pesquisa? Levando em conta essas reflexões, escolhemos o método de observação participante associado à temática e entrevistas, visto que entendemos ser necessário ouvir as vozes e as percepções das sujeitas sobre suas experiências no processo migratório. Optamos em realizar entrevistas semiestruturadas, pois essa técnica de pesquisa permite que aspectos das vivências das migrantes que são constantemente invisibilizados, silenciados ou narrados sob a percepção de terceiros, sejam postos à luz, visto que

A entrevista oferece ao pesquisador acesso às ideias, pensamentos e memórias das pessoas através de suas próprias palavras, e não com as palavras do pesquisador. Isso é particularmente importante para estudar mulheres por que dessa maneira aprender através das mulheres é um antídoto para séculos de invisibilização das ideias e experiências das mulheres (BIBER, 2006, p. 19).

Como já mencionado, nossa proposta é efetuar um estudo de caso com as mulheres migrantes solo no Rio Grande do Sul, que se fixaram na capital e em algumas cidades da região metropolitana de Porto Alegre. A pesquisa de campo foi desenvolvida junto ao Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI), onde foi desenvolvida a observação participante e a parte das entrevistas. O CIBAI foi selecionado para a pesquisa de campo por ser referência em atendimento às imigrantes e na acolhida humanitária em Porto Alegre, funcionando desde 1939. Esta instituição é ligada à igreja católica e conta com uma equipe de profissionais e voluntários, oferecendo serviços de acolhimento, orientação, acompanhamento e promoção jurídica, social e cultural, para imigrantes de mais de 42 países. A minha inserção no campo teve início em maio de 2019, onde semanalmente realizei trabalho voluntário no setor de auxílio à inserção no mercado de trabalho, bem como participei de ações humanitárias e eventos da instituição. Além do trabalho voluntário, tive a oportunidade de atuar no Projeto de Extensão Cruzando Fronteiras: Gênero e Migração na América Latina³, coordenado por minha orientadora Prof^a. Dra. Maria Lúcia Moritz, onde ministramos oficinas temáticas para mulheres migrantes e organizamos rodas de conversa virtual, o que possibilitou mais contato e aproximação com essas mulheres.

Ambas as experiências foram imprescindíveis para o desenvolvimento dessa pesquisa. O contato espontâneo com as mulheres migrantes, tanto como voluntária no CIBAI quanto no projeto de extensão “Cruzando Fronteiras”, proporcionou a possibilidade de observação das dinâmicas de seu cotidiano e o entendimento de fatores intrínsecos às suas vivências. A possibilidade de termos mais de um contato com as mesmas imigrantes resulta no estabelecimento de vínculos mais próximos,

³ Projeto iniciado em outubro de 2019, com o objetivo do projeto é problematizar questões referentes à cidadania e direitos humanos de imigrantes e refugiadas e analisar e questionar políticas públicas de acolhimento em Porto Alegre e região metropolitana, além de instrumentalizá-las no enfrentamento de violências, opressões e demais questões do cotidiano para assim promover um aprendizado em torno das questões de gênero. Para esse fim, foram organizadas quatro oficinas presenciais, as quais foram realizadas no CIBAI. As temáticas foram em torno de quatro eixos: 1) corpo e saúde, 2) vivências e cultura, 3) combatendo violências e 4) mobilidade. Participando desse projeto meu contato com o campo se estreitou ainda mais.

favorecendo a obtenção das respostas. Por isso optamos por entrevistas semiestruturadas, onde elaboramos um roteiro, o qual foi organizado em três grandes eixos: 1) identificação sociodemográfica, 2) processo de migração, 3) processo de adaptação. O mesmo encontra-se nos anexos dessa dissertação. A condução e o aprofundamento dos temas ocorreram de acordo com a receptividade de cada entrevistada.

A partir dessa aproximação, iniciamos a seleção das entrevistadas para a presente dissertação. Nosso critério de escolha foi baseado no deslocamento solo ao Brasil, ou com familiares dependentes, a fim de demonstrarmos seu poder de agência e protagonismo no processo migratório. Outros critérios adotados: estar em idade laboral, ter ingressado no Brasil há mais de 3 anos. O critério da localidade onde elas estão estabelecidas foi definido para fins de viabilização do trabalho de campo. Quanto à nacionalidade, não houve parâmetro pré-estabelecido, assim como raça ou etnia, uma vez que gostaríamos de apresentar uma parcela heterogênea dessa população. Devido ao início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, tive de cessar meu trabalho voluntário no CIBAI e conseqüentemente o contato presencial com elas, passando a realizar algumas entrevistas por vídeo chamada. Considerando as diversas questões éticas que envolvem pesquisa de campo com grupos vulneráveis, foi dada atenção às sensibilidades culturais, garantindo o anonimato na análise dos dados. Antes de iniciar as entrevistas, priorizamos um processo de aproximação com as participantes, deixando-as à vontade tanto para falar, quanto para calar-se sobre questões que lhes são sensíveis. Além disso, durante o período da observação participante, foi deixado claro meu papel de pesquisadora e voluntária no CIBAI, o que lhes dava liberdade para não compartilhar suas experiências, caso desejassem. Nosso principal objetivo foi ouvi-las, já que têm sido silenciadas em diversas instâncias no decorrer de suas vidas. As entrevistas tiveram duração de cerca de uma hora.

O material coletado foi analisado qualitativamente e sob as lentes da Teoria Política Feminista, especialmente o pensamento negro e interseccional, levando em conta o binômio raça e classe. Para esse fim, realizou-se uma análise de conteúdo, tendo como referência “gênero como categoria de análise”, nos moldes desenvolvido por Joan Scott (1995), que define o conceito como “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 23). Nesse sentido, o gênero fornece um caminho para

investigar as maneiras como as organizações sociais compreendem as diferenças sexuais e constroem as relações de poder. Através dos conceitos de experiência corporificada e política da diferença buscamos evidenciar o quanto a neutralidade de gênero afeta as mulheres de diferentes maneiras, pois existem diferenças sociais engendradas que acabam por colocá-las em posição de maior vulnerabilidade em relação aos homens, ainda que “a igualdade seja a bandeira ‘óbvia’ levantada por qualquer movimento que queira falar em nome dos oprimidos” (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 21).

As pensadoras da corrente identitária, especialmente Anne Phillips, Nancy Fraser e Iris Young, argumentam que demandar por igualdade pode ser um equívoco quando não são considerados os pontos de partida de cada indivíduo. Reivindicações por igualdade sustentadas por uma noção de neutralidade acabam por apagar as diferenças de raça, classe e gênero; o cidadão torna-se um cidadão abstrato (PHILLIPS, 2011). Na base desse argumento está a crítica ao modelo liberal, onde o entendimento de universal traduz a forma masculina e pressupõe que todos os indivíduos nascem livres, e portanto, iguais.

O pensamento das autoras anteriormente mencionadas, ao afirmar que essas diferenças são social e historicamente construídas e possuem em suas raízes fatores biológicos, vai em contraposição com outras vertentes do feminismo, as quais justificavam as diferenças como algo natural. Nesse sentido, o “pensamento maternal”, movimento também conhecido como “política do desvelo” (*care politics*), emergiu a fim de pleitear o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres e sua positividade. A partir da crítica, as feministas que consideravam fatores biológicos como o principal fundamento para a opressão e subordinação feminina, autoras como Nancy Chodorow, Andrea O’Reilly, Sara Ruddick, Sharon Hays e Nancy Friday, argumentam que a fisiologia feminina era responsável pela propensão das mulheres a serem mais caridosas, éticas, amorosas, altruístas, desveladas, em contraste com as características pragmáticas e egoístas masculinas. Essa afirmação baseia-se na noção de que “em todas as sociedades, a personalidade feminina torna a mulher mais propensa a criar laços; em termos psicanalíticos, mulheres são menos individualistas que homens e possuem egos mais flexíveis” (CHODOROW, p. 82, 1979). A revalorização dos valores da família e da esfera privada foram centrais para essa abordagem.

O determinismo biológico presente no pensamento maternal começa a ser desconstruído através dos debates acerca dos conceitos de sexo/gênero. Até a década de 80, atribuía-se ao sexo, ou seja, características biológicas, as razões para as diferenças, colaborando assim para a ideia de imutabilidade dessas. Por conseguinte, o termo "gênero" surgiu como uma maneira de minar o entendimento dualista e introduzir a ideia de construção social dos comportamentos humanos. Embora a leitura dicotômica do sistema sexo/gênero seja difundida entre pensadoras da teoria feminista, autoras como Susan Okin, Joan Scott e Linda Nicholson argumentam que os atributos acreditados como naturais às mulheres não passam de construções sociais e históricas, passadas por gerações através da socialização de gênero. Além disso, as identidades não são fixas e nem tão pouco resultado do sexo biológico, mas formadas de acordo com a cultura que os indivíduos estão inseridos; contudo "o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis" (NICHOLSON, 2000, p. 28). Nesse sentido, pensar as diferenças de uma maneira positiva e não essencialista requer que levemos em conta os fatores sociais, históricos e culturais.

Uma alternativa ao essencialismo das diferenças encontra-se nas abordagens fenomenológico-existenciais, onde os significados das experiências da categoria feminina estão vinculados não somente a suas características biológicas, mas em como a sociedade as compreende, sendo "corpo como sujeito de experiência". Iris Young (2005) conceitua experiência vivida como a ideia unificada de um corpo físico agindo e vivenciando experiências corporificadas, vivências essas que estão situadas em um contexto específico onde a pessoa sempre enfrenta os fatos materiais de sua biologia e sua relação com uma sociedade, sociedade essa que conta com hierarquias de poder e divisão social de trabalho. Ademais, Young argumenta que para o ideal igualitário e de justiça social ser atingido de maneira efetiva, faz-se necessário que certos grupos oprimidos ou em desvantagem obtenham tratamentos diferenciados daqueles que estão em posição de privilégio, o que a autora chamará de política da diferença.

A política da diferença tece uma crítica à concepção liberal do universalismo e do individualismo, e reivindica o reconhecimento das identidades de grupos, uma vez que "se a única alternativa à exclusão e opressão do grupo definido como 'outro' pelas ideologias dominantes for a reivindicação de que eles são iguais a

todos os outros, então sua exclusão permanecerá, porque eles não são iguais” (YOUNG, 2005, p. 168, tradução minha).

Anne Phillips (2011) sustentará a posição crítica de Young sobre os valores liberais e a necessidade de assumir-se identidade de grupo, pontuando que as democracias liberais tendem a considerar o sucesso de um dado indivíduo pertencente a certo grupo como a representação da perspectiva de êxito de grupo e utilizá-lo como exemplo para negar a opressão ao grupo inteiro. Como nos casos em que uma pessoa negra consegue formar-se em um curso superior, e tomasse esse caso isolado como um sinal da ascensão social de toda a comunidade negra. Além disso, para essa autora, as democracias liberais tendem a pensar a diferença como uma questão de ideias e não de presença, com a tendência a desprezar as distinções físicas dos indivíduos.

Seguindo o pensamento de Phillips e Young, Nancy Fraser igualmente defenderá a positividade do reconhecimento das diferenças, o que ela chamará de “política do reconhecimento”. Todavia, a autora argumentará que apenas reconhecimento não é suficiente se não forem adotadas em conjunto com políticas de redistribuição econômica. A tarefa é entender as complexas relações entre economia e cultura, classe e status, na sociedade contemporânea [...] e ao mesmo tempo buscar minimizar as interferências mútuas que provavelmente surgirão (FRASER, 1995, p. 11).

Para tanto, Fraser nos sugere uma noção alternativa de reconhecimento, o que ela chamará de “modelo de status”. Nesse modelo, o que deve ser reconhecido não são as diferenças físicas em si, mas o status dos membros de determinado grupo como iguais aos pertencentes à cultura hegemônica. No entanto, Iris Young (1997) refutará o modelo dual entre cultura e economia, sugerido por Fraser, sustentada pelo argumento de que há certo exagero na afirmação de que as políticas de reconhecimento se afastam das políticas econômicas e que faz com que as políticas de reconhecimento das diferenças pareçam mais unidimensionais do que realmente são.

Sua dicotomia entre economia política e cultura leva-a distorcer o sentido dos movimentos feminista, antirracista e de liberação dos homossexuais, entendendo-os como movimentos que reivindicam o reconhecimento como um fim em si mesmo, quando eles são mais bem compreendidos como movimentos que concebem o reconhecimento cultural como um meio para alcançar justiça econômica e política (YOUNG, 1997, p. 3).

Debates como os apresentados acima buscam tornar mais complexas as reflexões acerca da igualdade e da diferença e torná-las menos essencialistas sem ceder ao ideal de ser humano universal do modelo liberal. No entanto, teóricas do feminismo negro irão argumentar que as autoras citadas anteriormente falham ao focar-se nas diferenças entre homens e mulheres, desprezando as diferenças intragrupo, como raça e classe. De acordo com bell hooks (1981), reconhecer as diferenças intragrupo é essencial, uma vez que o sofrimento não é uma experiência fixa e universal e sim variante de acordo com classe, raça, sexualidade, religião, etnia, entre outros fatores sociais. “Esforços feministas para politizar experiências de mulheres e esforços antirracistas para politizar experiências de pessoas de cor frequentemente traduzem os problemas e as experiências de cada um em terrenos mutuamente exclusivos” (CRENSHAW, 1990, p. 1).

Sob essas lentes, o movimento feminista buscou unificar-se através da noção de um sujeito comum, construído por meio das opressões universais que as mulheres experienciam. Audre Lorde (1980) argumenta que mulheres brancas, ao ignorar seus privilégios e definir a categoria “mulher” apenas, sob a perspectiva de suas próprias experiências, transformam as mulheres negras em *outsiders*. Ou seja, ao afirmar que há um sujeito “mulher” universal, invisibiliza-se as experiências de mulheres que estão às margens da sociedade. A identidade de fragilidade, infantilidade, ociosidade a qual os movimentos feministas tentam desconstruir, não condizem com as vivências de mulheres negras, terceiro-mundistas e/ou subalternizadas, visto que essas nunca reproduziram o ideal de “feminilidade” presentes nas ideologias construídas no decorrer dos séculos (DAVIS, 2016).

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis (CARNEIRO, 2003, p. 1).

Além da raça, a classe também foi trazida ao debate como um marcador que reflete as diferenças nas experiências entre mulheres. O trinômio gênero, raça e classe, tornou-se assim, bastante difundido entre autoras do feminismo negro. Esse modelo de análise busca questionar as interpretações das desigualdades que se concentram, apenas, em uma dessas variáveis, de forma isolada; nesse ponto de vista, sua dissociação pode levar a diagnósticos parciais ou distorcidos, além de

deixar de lado os interesses de um grande grupo de mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2015). Na década de noventa, Kimberlé Crenshaw auxiliou no avanço desse pensamento como uma ferramenta teórico-metodológica, ao conceituá-lo como interseccionalidade.

Em suas palavras:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Se por um lado, para a feminismo negro entendia-se a raça como marcador de maior peso, Crenshaw incluirá sexualidade, etnia, nacionalidade, religião, faixa etária, entre outros. Todavia, o reconhecimento da multiplicidade de opressões que podem se cruzar não significa desprezar a dimensão de cada uma delas, mas sim compreender “uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade” (CRENSHAW, 2002, p. 179).

Interseccionalidade é um conceito central, na presente dissertação, permitindo problematizar a maneira como as experiências de mulheres migrantes étnica e racialmente identificadas são, por vezes, desprezadas. Para essa autora há duas formas de fazê-lo, através da superinclusão ou da subinclusão. A primeira, diz respeito a um problema interseccional que acaba por ser absorvido pela estrutura de gênero, sem levar-se em conta outras opressões. A segunda refere-se ao fato de algumas opressões não serem consideradas opressões de gênero por não fazerem parte das experiências das mulheres pertencentes à cultura hegemônica. As definições de interseccionalidade são, frequentemente, traduzidas através de metáforas. Crenshaw (1990) utilizará como exemplo as rodovias que se cruzam e interseccionam como eixos de opressão, enquanto Patrícia Hill Collins (2019) como um guarda-chuva, onde os cabos seriam campos de estudos, motivados por diferentes problemas; sendo eles: a interseccionalidade como campo de estudos, a interseccionalidade como estratégia analítica e a interseccionalidade como uma forma de *práxis* social.

As diferentes autoras e suas perspectivas sustentam a hipótese proposta no presente projeto. Entendemos que o feminismo identitário, por vezes, pode ser lido como oposto ao feminismo negro e interseccional, contudo, argumentamos que as correntes podem complementar-se. O pensamento identitário será útil para defender a ideia quanto à necessidade de reconhecimento das diferenças entre os sexos para as políticas públicas migratórias, enquanto o feminismo interseccional será útil para adicionar a necessidade de reconhecimento das diferenças intragrupo uma vez que grande número das mulheres migrantes no Brasil são negras ou indígenas.

Posto isso, trataremos de apresentar a justificativa para a elaboração dessa dissertação, baseado na relevância dos estudos migratórios na América Latina, durante o século XXI, e do seu enfoque em questões de gênero.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil é um país de grande diversidade social, cultural e racial; sua heterogeneidade é explicada pelo expressivo número de imigrantes recebidos em seu território durante as várias ondas migratórias globais. No período clássico das migrações, entre 1870 e o pós-guerra (1946), fomos destino de aproximadamente 5 milhões de europeus e asiáticos, ocupando o terceiro lugar entre os principais países de destino de imigrantes, refugiados e repatriados (MARTES, 2006).

Nas décadas seguintes a esse período migratório, há um processo de retração desses fluxos em âmbito global, principalmente devido à cessão dos conflitos armados mundiais. A instauração do governo militar no Brasil também contribuiu para a contenção da entrada de imigrantes. No período entre 1964 e 1985 foram instauradas políticas restritivas à imigração, principalmente àqueles oriundos de países com viés socialista e/ou governos de esquerda. Essas políticas foram parte dos esforços dos governos militares para combater o chamado “Movimento Comunista Internacional (MCI)” (FERNANDES, 2017).

Após o fim da ditadura militar, dados oficiais indicam que o Brasil experienciou a retomada dos fluxos migratórios mistos⁴, tendo como característica a imigração de

⁴ Organização Internacional para a Migração (OIM) define fluxos migratórios mistos como a movimentação transnacional de refugiados, solicitantes de asilo, migrantes econômicos, entre outros migrantes.

caráter sul-sul. Para compreender este fenômeno é necessário levar em conta a conjuntura internacional dos primeiros anos do século XXI. Nesse período, as relações geopolíticas são reconfiguradas a partir de uma grave crise econômica que assola algumas das grandes potências do Norte Global, como Estados Unidos, Espanha e Japão. Enquanto esses países perdem força, o Brasil volta a ser destino dos fluxos migratórios internacionais. O interesse pelo país justifica-se em suma pela imagem como potência emergente participante dos BRIC's⁵ e o reposicionamento de sua política externa, a qual passou a possuir enfoque Sul-Sul durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) (OBMIGRA, 2020).

A isso deve se somar as recentes restrições dos países do Norte Global à entrada de imigrantes também influenciaram as migrações para países em desenvolvimento (BAENINGER, 2016). Nesse contexto, entre os anos de 2010 e 2019, o Brasil registrou a entrada de cerca de 700 mil estrangeiros em seu território, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Registro de entrada de imigrantes/residentes por ano/país (2010-2019)

País de Origem	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Venezuela	197	220	263	383	701	1.297	1.759	15.326	49.267	70.653	140.066
Haiti	483	797	1.940	2.473	3.312	4.248	2.779	5.528	16.943	15.679	54.182
Paraguai	326	2.683	4.419	14.493	20.032	19.677	20.988	10.788	1.881	2.029	97.316
Bolívia	4.493	6.645	6.227	7.156	4.955	5.223	4.925	5.739	7.741	4.661	57.765
Colômbia	1.142	1.286	1.815	2.252	2.779	2.718	2.464	4.631	8.050	5.419	32.556
China	523	794	1.642	3.906	4.382	5.379	6.028	5.405	2.015	1.318	31.392
Argentina	1.222	1.467	1.910	2.615	3.680	3.560	3.766	3.318	1.885	981	24.404
Uruguai	530	616	725	1.043	1.302	1.703	1.759	2.034	4.346	3.109	17.167
Senegal	27	63	232	1.193	1.930	2.819	317	607	351	291	7.830
Outros países	7.276	9.594	13.377	25.957	29.326	23.788	21.062	18.620	13.155	11.080	173.235

Fonte: OBMIGRA, 2020.

A migração venezuelana destacou-se numericamente, especialmente entre os anos de 2015 e 2018. Em seguida temos a migração haitiana e paraguaia, formando os três maiores fluxos do século XXI. Outros países da América Latina também se destacam, porém de forma mais discreta, como Bolívia e Uruguai.

A Venezuela caracteriza-se, tradicionalmente, como país de imigração, no entanto tornou-se um país de emigração em meados de 2014. Essa mudança decorre das crises econômica e política que assolaram o país nos anos anteriores,

⁵ Conjunto de países com economia emergente, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

agravadas pelas sanções internacionais sofridas pela nação e que resultaram em uma grave crise humanitária. De acordo com o ACNUR, o número total de refugiados e imigrantes venezuelanos, em 2019, ultrapassou os 4 milhões, tendo como destino para países da América Latina, como Colômbia e Peru.⁶

Em contrapartida, as migrações de fronteira vêm se consolidando de forma discreta, porém continua durante todo o século XXI. Para Rosana Baeninger (2018) há um processo de intensificação nos fluxos migratórios intrarregiões no continente latino-americano, onde o Brasil consolida-se na rota das migrações internacionais, com destaque para a entrada de nacionais da Bolívia e Venezuela. O primeiro qualifica-se como um país tradicionalmente de emigração; tendo a Argentina como principal destino de escolha até a primeira década do século XXI, quando o Brasil e outros países da América Latina começaram a representar opções vantajosas para imigração laboral (MANETTA, 2012). A principal razão para os bolivianos deixarem seu país de origem é de cunho econômico, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro lhes parece mais atrativo do que o de seu país, o qual possui um dos menores índices de crescimento econômico no continente e o percentual da população abaixo da linha da pobreza passa dos 50% (ARAÚJO; FILARTIGAS; CARVALHO, 2015).

Com isso, o número de bolivianos em território brasileiro vem crescendo exponencialmente durante as duas últimas décadas. Esses migrantes, em sua grande maioria, entram no Brasil pelo corredor fronteiro Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS) que separa os dois países. As legislações de 2006 e 2009⁷ permitiram a residência de nacionais fronteiriços bolivianos, tornando assim viável e acessível a sua migração para o Brasil através dessa fronteira. O governo brasileiro concede a um “documento especial fronteiro” o qual lhes atribui o direito de estudar e trabalhar na cidade de Corumbá. A Política Federal brasileira estima que cerca de 700 migrantes bolivianos atravessem a fronteira mensalmente até 2021. Todavia, acredita-se que esse número seja subnotificado, uma vez que há significativa quantidade de entradas não documentadas, além do tráfico de pessoas. Apesar dos migrantes bolivianos entrarem por esta fronteira, grande parte se desloca para a

⁶ De acordo com a ACNUR (2019), a Colômbia recebeu cerca de 1,3 milhão de imigrantes venezuelanos, seguido pelo Peru, 768 mil, Chile 288 mil, Brasil 168 mil e, Argentina, 130 mil. O México e os países da América Central e do Caribe também recebem um número significativo de refugiados e migrantes da Venezuela.

⁷ Decreto Legislativo n. 64, de 18 de abril de 2006 e Decreto n. 6.737, de 12 de janeiro de 2009.

cidade de São Paulo em busca de inserção no mercado de trabalho. Com uma alta demanda para mão de obra em oficinas de costura, criou-se um perfil de imigração laboral boliviano: jovem e feminino.

Nos últimos cinco anos, a mídia brasileira tem denunciado inúmeros casos de bolivianos trabalhando, especialmente, em fábricas têxteis em situações análogas à escravidão. Isso ocorre devido à situação documental irregular de muitas imigrantes, bem como pela dinâmica de contratação de mão de obra nesse segmento. O setor têxtil opera a partir de contratações terceirizadas, o qual incorporou os bolivianos “como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, tornando-as vulneráveis, seja pelo fato de parte deles estar indocumentada no país, seja por não ter um contrato de trabalho regulamentado” (SILVA, 2012, p. 21). A partir dessa dinâmica, criaram-se redes de intermédio entre fábricas e costureiros, as quais acabam por colocar as imigrantes em uma posição de subalternidade. A maioria dessas intermediações é feita por próprios bolivianos, uma vez que essa se apresenta como a única forma de *progresso profissional*. Cabe ressaltar que esse padrão não é novo, mas vem se construindo desde o final da década de 1980, período que coincide com a instauração do neoliberalismo no Brasil. Esse modelo econômico estabeleceu no país um processo de descentralização dos estados, tendo como consequência, em alguns casos, a privação de proteção estatal (SILVA, 2012).

Assim como no caso boliviano, os colombianos também vislumbram na fronteira entre Brasil e Colômbia uma oportunidade de vida melhor. Divididas apenas por uma rua, a cidade Tabatinga (BR) e Leticia (CO), apesar de significarem juridicamente uma divisão territorial, no cotidiano não se traduzem em uma separação real, visto que nacionais de ambos os países transitam entre esses limites o tempo todo (OLIVEIRA, 2006). A Colômbia enfrentou, por cinco décadas, um intenso conflito armado interno, entre organizações militares e guerrilheiras, o que causou diferentes consequências sobre a vida de sua população, como homicídios em massa, sequestros e estupros como arma de guerra. (FRANCO *et al.*, 2006; OLIVEIRA, 2020).

Diante da onda de violência que se estabeleceu, as mulheres encontram-se em posição de vulnerabilidade, visto que a violência sexual contra corpos femininos tem sido um fenômeno constante no país, além de feminicídios, tortura e escravidão sexual. “No curso dos mais de 50 anos do conflito, a violência sexual foi utilizada

como uma estratégia de guerra por todos os grupos armados presentes no conflito - forças militares do Estado, grupos paramilitares e guerrilhas” (OLIVEIRA, 2020, p. 75). De acordo com a Anistia Internacional (2004), durante o início do século XXI, entre 60% e 70% das mulheres colombianas já sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual. Essas violências atingem especialmente mulheres pobres, oriundas de zonas rurais, negras ou indígenas (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, a cidade de Tabatinga, tem se tornado cada vez mais um lugar de refúgio para os cidadãos colombianos que se encontram vulneráveis às consequências do conflito armado interno de seu país (OLIVEIRA, 2006). Essa conjuntura criou uma categoria migratória diferente: os *desplazados*.⁸

os *desplazados* pela violência vivem os horrores da fuga desesperada para escapar da morte e das ameaças constantes nos territórios dominados pelos narcotraficantes, em constante conflito, ora com o Exército nacional ora com os paramilitares (justiceiros) ora com os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o chamado “*Ejército del Pueblo*” (Exército do Povo) (OLIVEIRA, 2006, p. 190).

Os *desplazados* entram no Brasil pela região da Amazônia, onde não há nenhum suporte de acolhimento para indivíduos nessa situação, nem tão pouco levantamento estatístico oficial, fato que contribui para a invisibilização e marginalização desse contingente populacional. Além disso, sua nacionalidade já os coloca em situação de desvantagem, visto que a Polícia Federal encarregada de conceder-lhes documentação no Brasil, é a mesma que, historicamente, é responsável por *caçar* estrategicamente classificados categoricamente como colombianos. Por essa razão, muitos se sentem intimidados por esse órgão e preferem permanecer no país de forma indocumentada (OLIVEIRA, 2006).

Para além das migrações de fronteira, a migração haitiana também ocupou espaço central nos fluxos contemporâneos para o Brasil. Conforme podemos verificar na tabela 1, essa nacionalidade ocupa o segundo lugar entre as principais nacionalidades que entraram no Brasil entre 2010 e 2019. Nesse período, número significativo de haitianos migraram para diversas partes do mundo, estimando-se que, até 2014, cerca de um terço deles residiam fora de seu país de origem (MARTINS *et al.*, 2014).

⁸ Apesar de traduzir-se como “deslocados”, mantemos o termo em espanhol devido às particularidades do termo que se diferenciam da palavra em português.

A diáspora haitiana decorre de diferentes fatores socioeconômicos e políticos, entretanto a crise ambiental que assolou o país nos últimos anos é a principal razão desse processo. No intervalo de seis anos, o país enfrentou um furacão e um terremoto, os quais deixaram consequências catastróficas no país. Apesar da preferência de destino desse grupo ser os Estados Unidos, Canadá, Bahamas, República Dominicana e França (UNICEF, 2013), o Brasil recebeu, até 2019, mais de 72 mil haitianos em seu território.⁹ A corrente migratória para o Brasil era quase inexistente até o ano de 2010. Porém o *soft-power*¹⁰, voltado para o Haiti, exercido pelo Presidente Lula da Silva, especialmente através da missão de paz MINUSTAH, foi um fator central para a virada em outra direção. Esta missão tinha como objetivos a pacificação do território e a divulgação da cultura brasileira e, para isso, “a missão, contou não somente com o envio de tropas, mas uma exibição da seleção brasileira, com a base da equipe que sagrara o pentacampeonato de futebol na Copa do Mundo de 2002” (MEDEIROS; HELENO, 2011, p. 43). Desde então, o número de haitianos acolhidos no Brasil apresenta crescimento contínuo. Como resultado, esse fluxo já pode ser comparado à imigração italiana e japonesa, nas primeiras décadas da República, de acordo com o Itamaraty.¹¹

A virada para o Sul, da política externa brasileira também colocou o continente africano em um lugar de protagonismo na geopolítica do país. Através de programas de convênio estudantil voltado para países africanos falantes de língua portuguesa e atuações de estatais brasileiras na África, como a Petrobrás e a Embrapa o Brasil tornou-se destino atrativo para alguns grupos de migrantes oriundos do continente africano (VISENTINI, 2010; BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020).

Como podemos observar na Tabela 1, esse fluxo mantém-se ainda tímido se comparados a outros fluxos migratórios intrarregionais, apresentando apenas Senegal entre os dez principais países. No entanto, há um crescimento pequeno e constante nas duas últimas décadas. Entre esses há grande diversidade nas nacionalidades, havendo cinquenta países diferentes dentro desse fluxo. Destacam-

⁹ De acordo com dados da Polícia Federal.

¹⁰ Termo das Relações Internacionais, cunhado pelo Professor Joseph Nye, para conceituar um tipo de poder “suave” caracterizado pela utilização de ferramentas culturais.

¹¹ Reportagem “Vinda de haitianos é maior onda imigratória ao país em cem anos”, publicada em Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-emcem-anos.shtml>.

se: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Nigéria. Ressalta-se que a maioria desses países não estava presente nas estatísticas prévias aos anos 2000. Com relação aos amparos legais, 38,4% dizem respeito a vistos para estudo, e o restante dividem-se entre reunião familiar e anistia (DOMENICONI; BAENINGER; DEMÉTRIO, 2020).

Embora o Brasil não seja o principal destino de nenhum dos fluxos populacionais acima mencionados, o país não estava preparado para a quantidade de imigrantes que recebeu, em um curto espaço de tempo; visto que foi registrado um aumento de 160% no número de imigrantes apenas entre 2005 e 2015.¹² A primeira política pública de recepção e acolhida massiva implementada pelo governo brasileiro foi para recebimento dos haitianos no período após 2010. A necessidade de respostas rápidas e efetivas aos que entravam no Brasil em busca de refúgio demandou soluções através de políticas públicas estruturadas em dois eixos: (1) aquelas referentes a questões documentais, como emissão de CPF, vistos e solicitação de refúgio, cidadania e justiça; e (2) políticas de proteção e inclusão social (DA SILVA; MACEDO, 2018). Houve relativo sucesso das políticas públicas referentes ao primeiro eixo, mas o Brasil deixou a desejar no que tange às políticas sociais, de acordo com relatório elaborado pela ACNUR (2019).

Em que pese o direito de acesso igualitário, entre migrantes e brasileiros em relação a essas políticas sociais, na realidade há grande dificuldade de acesso a elas pelos imigrantes, especialmente pela barreira do idioma e pela carência de informações concernentes ao acesso desses benefícios sociais, como por exemplo Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Carteira Idoso, tarifa social de energia elétrica, entre outros programas sociais disponíveis pelo Governo Federal, até o ano de 2018. Desse modo, ONGs e igrejas buscam preencher essas lacunas através de projetos assistenciais visando auxiliar no processo de acolhimento e integração social (GOERCK *et al.*, 2017). Nesse contexto, a parceria entre ACNUR e instituições religiosas possui papel central na recepção de refugiados, os quais ajudaram a construir uma extensa rede de apoio, principalmente em termos de assistência jurídica e de inclusão social.

Julia Bertino Moreira (2014) destaca a relevância desses atores:

¹² De acordo com dados da Política Federal 2020.

A sociedade civil, representada por instituições religiosas, atuando também através de acordos com ONGs e diversas instituições, oferece serviços essenciais, como auxílio à alimentação, cursos para aprendizado do idioma local, cursos profissionalizantes que facilitam a inserção no mercado de trabalho e moradia, entre outros. O ACNUR, por sua vez, destina recursos para financiar o auxílio concedido através das Cáritas e também fornece *expertise* e colaboração técnica para os programas implementados em prol do grupo (MOREIRA, 2014, p. 94).

No plano estatal, algumas unidades da federação demonstraram maior preocupação na implementação de políticas de acolhimento como Acre, Roraima e Amapá. Todavia, São Paulo e Rio Grande do Sul, mesmo não fazendo fronteira com países de grande fluxo migratório, também demonstraram responsabilidade no acolhimento de migrantes no território nacional, devido a sua alta porcentagem de imigrantes. O estado de São Paulo foi pioneiro na implementação de políticas públicas e centros de acolhimento, como os Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e a Casa de Passagem Terra Nova (FRANÇA; RAMOS; MONTAGNER, 2019). Já o Rio Grande do Sul criou, em 2012, o Comitê Estadual de Atenção para esse Grupo Específico (COMIRAT) e o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas, até então grande parte dos esforços no acolhimento de migrantes era oriundo da sociedade civil.

As ações governamentais supracitadas têm em comum o objetivo de criar políticas públicas não discriminatórias, tomando como ponto de partida o tratamento igualitário entre os imigrantes, contudo, argumentamos aqui que ações universalistas e sem recorte de gênero podem tornar-se discriminatórias à medida que mulheres imigrantes possuem desvantagens no processo de inserção no mercado de trabalho, nas questões da saúde e estão mais propensas a sofrerem violências (sexuais e psicológicas), comparando-se com os homens.

A pesquisadora Mary Kawar (2004) cita seis eixos de vulnerabilidade para as mulheres que se encontram fora de seu país de origem. (1) as mulheres migrantes tendem a se concentrar em áreas de trabalho mais limitadas, sendo aquelas relacionadas ao trabalho doméstico, exercendo frequentemente funções de babá e cuidadora; (2) raramente elas ocupam espaços relacionados a sua formação acadêmica; (3) cada vez mais, mulheres migram sozinhas ou como chefes de família; (4) as migrantes enfrentam grandes riscos, incluindo exploração sexual, tráfico e violência; (5) no período pós-migratório, por vezes, elas perdem o acesso a

saúde reprodutiva e planejamento familiar, sendo assim, ficam mais propensas a gravidez indesejada; e, (6) mulheres tendem a enfrentar mais problemas relacionados à saúde, como ferimentos e mortes maternas, além de riscos mais altos de infecção pelo HIV, trauma e violências.

Em adição, as pesquisadoras Eileen Pittaway e Emma Pittaway (2004), destacam o papel da mídia na criação da imagem da mulher imigrante e refugiada como vítima vulnerável, contribuindo assim para um imaginário de fragilidade e que as coloca em situações de abusos e violências.

Essa identidade imposta (mulher refugiada) define as mulheres refugiadas como um grupo extremamente vulnerável e explorável enquanto o termo “mulher” denota uma pessoa de baixo status sociocultural, o termo “refugiado” transmite sua correspondente falta de status político-legal. A interseção e efeito composto dessas identidades duplas, podem explicar sua extrema vulnerabilidade à violência sexual e de gênero por atores que confiam na impunidade legal e na aceitação social (PITTAWAY, 2004, p. 128, tradução minha).

O gênero também é um fator determinante para o sucesso ou fracasso do processo de inserção das migrantes. Os resquícios de uma sociedade patriarcal e a desigualdade na divisão sexual do trabalho colocam a mulher migrante em posição de subalternidade e exploração, estando mais propensas ao trabalho doméstico mal ou não remunerado, enfrentando dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, hiperssexualização de seus corpos e violência sexual e psicológica. Nesse sentido, Saskia Sassen (2003) argumenta que está sendo criada uma nova “classe de servidão”, em nível global, composta por mulheres imigrantes que emergem como o equivalente do proletariado, um proletariado que se desenvolve fora dos países de origem. Além disso e, por outro lado, as exigências da força do mais alto nível profissional e gerencial, nas cidades globais, são tais que os modos atuais de lidar com tarefas domésticas e estilos de vida se tornam insuficientes. A emancipação feminina, principalmente nas classes privilegiadas, em conjunto com a manutenção dos papéis tradicionais de gênero, fez com que fosse necessária a terceirização do trabalho doméstico. Como consequência, estamos observando o retorno das chamadas “classes de servidão”, compostas principalmente por migrantes e mulheres migrantes (SASSEN, 2003, p. 50).

Com o exposto até aqui, justificamos esse trabalho pela relevância numérica das migrações sul-sul e a lacuna na produção acadêmica sobre essas migrações, sob a ótica da Ciência Política. Além disso, entendemos como igualmente

necessário visibilizar as experiências das mulheres solo nos processos migratórios, para além das pesquisas quantitativas. Posto isso, a seguir trazemos um debate teórico acerca da relevância de analisarmos as migrações sob uma ótica de gênero.

2 POR QUE GÊNERO IMPORTA PARA OS DEBATES MIGRATÓRIOS?

No presente capítulo temos o objetivo de apresentar a relevância de relacionar os debates de gênero às análises migratórias. Primeiramente, tratamos das abordagens sobre o conceito de gênero e indicamos a perspectiva aqui adotada. Em seguida, debatemos a relação entre gênero e as migrações internacionais, apontando as discussões acerca do processo de feminização das migrações.

Considerando que a migração feminina é um fenômeno multidimensional e heterogêneo, cada mulher migrante terá sua história, sua trajetória, suas motivações e suas singularidades, não sendo possível homogeneizar essas experiências particulares em um conceito único de “*mulher migrante*”. Algumas migram sozinhas, outras acompanhadas, algumas são forçadas a deixar seus países de origem por razões de sobrevivência, outras escolhem fazê-lo, algumas encontram na migração a emancipação e o empoderamento enquanto para outras essa experiência evidencia opressões e marginalizações. Todavia, o que há em comum entre todas as suas trajetórias são experiências engendradas que diferenciam seu processo migratório do processo masculino.

Para iniciarmos esse debate, é necessário trazer o conceito “gênero”. O conceito “gênero” adotado nesta dissertação, parte de uma premissa histórica, sendo ele elaborado e reformulado em momentos específicos da história das teorias sexuais sobre diferença sexual (PISCITELLI, 2009). No entanto, de acordo com Donna Haraway (2004) o termo gênero fora introduzido pelo psicanalista Robert Stoller (1963) através da dicotomia natureza/cultura. Onde, o primeiro estaria ligado ao sexo e o segundo à cultura. A natureza representaria a biologia (gênero e hormônios) enquanto a cultura simbolizaria o conhecimento adquirido (papéis de gênero). À vista disso, o sexo seria uma variante fixa e natural, ao passo que, gênero seria aprendido e construído *culturalmente*, podendo tomar formas distintas de acordo com a sociedade a qual analisamos.

Durante a década de setenta, definições de gênero começam a ser elaboradas pela Teoria Feminista, e o conceito se difunde de forma abrangente nas Ciências Humanas a partir do pensamento da antropóloga Gayle Rubin (1975). Para melhor compreendê-lo a autora criou a noção de *sistema sexo/gênero*. Em suas palavras, esse sistema diz respeito a uma série de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto. Seu principal argumento

é o caráter não natural das características atribuídas às mulheres, visto que a “divisão de sexos é imposta socialmente”. Nessa obra, Rubin dialoga com o pensamento do antropólogo Lévi-Strauss¹³ (1949), na qual o autor defende que o parentesco cria uma imposição de organização cultural, onde nas suas raízes estaria o tabu do incesto e a *troca de mulheres* para fins de matrimônio. Para Rubin, esse arranjo nega às mulheres plenos direitos sobre si mesmas, estando na família as raízes para a opressão feminina. “O ponto mais importante na formulação sobre a diferença sexual nessa autora é pensar em gênero, articulando sexualidade como dimensão política” (PISCITELLI, 2009, p.12). Esse pensamento dicotômico entre sexo/gênero esteve presente nos principais debates feministas entre as décadas de setenta e oitenta. “Não se nasce mulher, torna-se”, notória frase de Simone de Beauvoir (1949), perpetua os debates feministas até os dias atuais. Na raiz dessa citação está a ideia de construção social do gênero, visto que ao afirmar que não se nasce mulher nega-se o determinismo biológico, enquanto tornar-se mulher é um processo de socialização.

Bastante difundida, a teoria de Gayle Rubin esteve no centro de diversas críticas dentro da Teoria Feminista, especialmente nas vertentes do feminismo negro e decolonial. Para as autoras destas vertentes, o *sistema sexo/gênero*, ao sugerir que todas as mulheres teriam em comum uma socialização que as domesticavam, acabava por invisibilizar as experiências de algumas, especialmente aquelas do Sul Global. À vista disso, para Linda Nicholson (2000) essa noção dualista produz uma espécie de pensamento *porta-casacos*, no qual o corpo seria o cabide onde artefatos culturais relativos à personalidade e comportamento, são alocados. A lacuna nesse entendimento estaria no fato de que “embora não seja surpreendente a tendência a encontrar sobretudos e cachecóis num porta-casacos, tais peças podem ter diferentes tamanhos e formas” (NICHOLSON, 2000, p. 5). Ou seja, nem todas as mulheres, embora compartilhem as mesmas características biológicas, receberam a mesma socialização, uma vez que essa irá variar de acordo com fatores culturais, regionais, socioeconômicos e religiosos em que as elas estão inseridas. Por exemplo, para as mulheres negras os debates a respeito do confinamento feminino na esfera privada não se aplicavam, pois elas estavam inseridas na esfera pública através da participação no mercado de trabalho, desde a época escravagista.

¹³ Especialmente com a obra intitulada “Estruturas Elementares do Parentesco”, publicada em 1949.

Contribuindo com o debate, a filósofa Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero* (1990), refuta a noção de que sexo está para natureza e gênero está para cultura. Em suas palavras,

Seriam as características ostensivas do sexo construídas discursivamente por vários discursos científicos a serviço outros interesses políticos e sociais? **Se o caráter imutável do sexo é construído, talvez essa construção chamada “sexo” também é culturalmente construída [...] com a consequência de não haver nenhuma distinção entre sexo e gênero** (BUTLER, 1990, p. 7, tradução e grifos meus).

Ou seja, para Butler há uma ligação direta entre sexo e gênero, sendo ambos culturalmente construídos. Seu principal argumento gira em torno da ideia de que o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual e não constituiria um *sujeito uno*. Nessa mesma perspectiva, Heleieth Saffioti (1992) destaca a natureza social do sexo e o caráter relacional do gênero; para isso, a autora sugere a substituição do *sistema sexo/gênero* por relações sociais de gênero. Essas relações, não derivam da existência de dois sexos (macho e fêmea), conforme conceituado por Rubin, mas ao contrário, do social para os indivíduos que nascem. “Tais indivíduos são transformados, através das relações de gênero, em homens ou mulheres, cada uma dessas categorias-identidades” excluindo a outra” (SAFFIOTI, 1998, p. 1992).

Segundo Saffioti (1992) e Joan Scott (1990) essas relações sociais de gênero estão associadas às diferentes relações de poder presentes nas sociedades. “as relações sociais do sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde tem lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces do mesmo fenômeno” (SAFFIOTI, 1998, p. 185). Desse modo, esse seria um processo dialético, no qual nenhum dos lados encontra-se ausente de poder, à vista que, nos dois polos há existência de poder, porém em proporções desiguais.

Trazendo o debate para os Estudos Migratórios, é usual o gênero ser compreendido como sinônimo de sexo e/ou mulher (PESSAR; MAHLER, 2003). Porém adotamos a perspectiva que rompe com essa visão. O gênero será abordado aqui como relações de poder socialmente construídas através da história, que perpetuam desigualdades até os dias atuais. Para tanto, nessa dissertação adotamos o aqui o conceito de relações de gênero, previamente discutido. Esse conceito “deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as relações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos

sociais” (SAFFIOTI, 1992, p. 187). Ou seja, não é apenas ser mulher que importa nos processos migratórios, e sim, como ser mulher significa em uma sociedade com resquícios patriarcais e como essa construção irá impactar todas as etapas desse processo e em suas trajetórias. Nessa perspectiva, não é suficiente quantificar o número de mulheres vão e quantas mulheres ficam, é preciso entender como o gênero controla as opções disponíveis, as potencialidades e vulnerabilidades tanto no país de origem, quanto no país de destino, das mulheres que decidem imigrar.

Nesse sentido, Monica Boyd e Elizabeth Grieco (2003) argumentam que as teorias clássicas dos Estudos Migratórios, concentram-se em questionar as razões as quais levam os indivíduos a migrarem, porém falham em aprofundar debates acerca de quem são esses indivíduos que migram. Para as autoras, a questão de como o gênero pode ser incorporado nas análises migratórias permanece apenas parcialmente respondida. “Desenvolver uma teoria da migração com base no gênero tem sido difícil porque as disciplinas de antropologia, sociologia, ciência política [...] tendem a se concentrar em apenas alguns tipos de migração e enfatizam diferentes explicações” (BOYD; GRIECO, 2003, p. 2). Todavia, o processo de desenvolvimento dos Estudos de Gênero na academia, nos últimos anos, tem auxiliado o processo de incorporação de análises *gender-sensitive* nas análises migratórias.

Durante a década de 1980, pesquisas a respeito das migrações internacionais começaram a incluir as mulheres, porém com uma perspectiva de “mulheres como variável”. Sob esse ponto de vista, apontava-se as diferenças entre os sexos na participação quantitativa dos fluxos migratórios, questionava-se a razão dessa disparidade, porém as especificidades dessa categoria eram invisibilizadas. Uma das primeiras e mais relevantes análises que introduziram esse questionamento foi trazida pela pesquisadora Mirjana Morokvasic (1984), em seu notório artigo “*Birds of Passage are also Women*”. Na obra, a autora apresenta uma importante contribuição para o campo de estudo ao apontar para a recorrente invisibilização das experiências de mulheres imigrantes. Para a autora, há suficientes estudos com perspectivas quantitativas, no entanto, ainda carece de uma literatura que compreenda as especificidades desse processo à luz da perspectiva de gênero feminino.

Nessa ótica, questionar “por que gênero importa nos processos migratórios” é compreender que desde o período pré-migração as relações de gênero aparecem como fatores determinantes, isto é, o grau de autonomia que as mulheres dispõem

em seu país de origem terá relação direta com os processos migratórios femininos de determinada localização geográfica. De acordo com nossa interpretação, podemos compreender essa afirmação por duas perspectivas distintas. A primeira diz respeito a autonomia como fator limitante às migrações; sob esse ângulo, a privação de autonomia, tanto cultural quanto econômica, irá ditar as possibilidades de deslocamento dessas mulheres, fazendo com que muitas vezes o processo de imigrar fique como incumbência masculina. A segunda, por sua vez, está relacionada à migração como emancipação: por esse olhar, algumas mulheres encontram na migração a possibilidade de conquista de autonomia; para algumas migrar pode significar independência financeira, possibilidade de estudo, liberdade de opção sexual e religiosa.

Nas rotas entre o país de origem e o de destino, as relações e papéis de gênero socialmente construídos, também determinam as experiências de migração feminina. Nesse sentido, casos de estupro e exploração sexual nas trajetórias dessas mulheres muitas vezes perpetuadas por aqueles que deveriam protegê-las, são bastante recorrentes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2016), cerca de 69% das mulheres refugiadas sofreram algum tipo de violência sexual nas rotas migratórias. Outro fator de risco bastante comum é o tráfico de mulheres, entre fronteiras, para fins de exploração sexual, prostituição e/ou transporte ilegal de drogas. As restrições, cada vez mais rígidas, implementadas nas fronteiras, especialmente no Norte Global, resultam na necessidade de se contratar *coiotes*, os quais, por vezes, na chegada ao país destino não as liberam, mas sim, as *vendem* para redes de prostituição e trabalho escravo (GREVE *et al.*, 2016).

As desigualdades estruturais de gênero e sua influência socioeconômica contribuem de forma direta para sua maior vulnerabilidade nos processos migratórios, visto que as mulheres ao estarem em situações precárias, em vários países, tornam-se *alvos fáceis* para criminosos as persuadirem com promessas falsas de vidas melhores em terras estrangeiras. As mulheres são a maioria entre a população em situação de pobreza ou miséria (GUPTA, 2012). Além disso, elas são responsáveis por parcelas desproporcionais de trabalho doméstico não remunerado, o que cria, nas palavras de Geeta Rao Gupta (2012), uma “pobreza de tempo” que as impedem de se qualificar e ir em busca de ocupações remuneradas, também, fatores sociais e culturais de cada país influenciam diretamente na posição social da mulher e definem as oportunidades que lhes estarão disponíveis.

As vulnerabilidades das migrantes também podem ser explicadas a partir da imagem socialmente construída da mulher migrante/refugiada como um indivíduo frágil e vulnerável. Nas palavras de Eileen Pittaway e Emma Pittaway (2004),

Isso impôs a elas uma identidade que as define como um grupo extremamente vulnerável e explorável: enquanto o termo 'mulher' denota uma pessoa de baixo status sócio-cultural, o termo 'refugiado' transmite sua correspondente falta de status político-jurídico. O cruzamento e efeito de combinação dessas identidades duais, pois tanto as mulheres quanto os refugiados podem explicar sua extrema vulnerabilidade à violência sexual e de gênero por parte dos atores que confiam na impunidade legal e na aceitação social (PITTAWAY; PITTAWAY, 2004, p. 128, tradução minha).

É importante salientar que o propósito dessa afirmação não é essencializar as mulheres migrantes e suas experiências, mas sim chamar a atenção para o imaginário social construído sobre elas e para seu caráter ficcional, uma vez que apesar de todas as violências encontradas pelo caminho, elas resistem e seguem suas jornadas para terras estranhas, em busca de melhores condições de subsistência para si e para suas famílias, conforme ilustrado também por Pittaway (2017) através da fala de uma refugiada sudanesa:

“Quem sou eu? Eu sou uma refugiada, Eu sou... uma mulher suja, sem esperança, uma pessoa faminta, uma pessoa ignorante, uma pessoa problemática, mais outro fardo para o mundo alimentar, outro fardo para o mundo cuidar, isso é quem eles dizem que somos... **MAS** ser refugiado não é uma escolha, se fosse escolha eu não seria refugiada em lugar nenhum. Olhando para mim, acredito que não sou uma vítima, mas sou uma sobrevivente, uma pessoa muito forte, uma refugiada” (Mulher Sudanesa, ANCORW & AWHRC, Sydney 2001, *apud* Pittaway; Pittaway, 2017, p. 119, tradução minha).

Depois de chegar no país de destino, as mulheres migrantes experienciam os mesmos padrões de relações de gênero que as nacionais enfrentam, com o diferencial da adição da intersecção com a identidade de estrangeira. No âmbito do mercado de trabalho, por exemplo, em quase todos os países do mundo perpetua-se uma disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com a desvantagem recaindo sobre a mão de obra feminina. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ainda recebem cerca de 20% a menos que os homens no mundo. Além disso, apenas 43% delas estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto 78% dos homens estão empregados. Dentro daquelas que conseguiram se inserir no mercado formal, 21,7% estão no setor doméstico e de cuidados, enquanto para o sexo masculino a porcentagem é de apenas 2,1%. Isso

não pode ser explicado pelo fato deles serem mais qualificados que as mulheres, uma vez que os índices indicam que elas tendem possuir uma formação mais elevada, em quase todos os países do mundo laboral (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Por outro lado, além da assimetria de gênero, há grande discriminação na contratação de pessoas estrangeiras, especialmente para cargos de maior remuneração, relegando-lhes posições precarizadas, mesmo que possuam qualificação acadêmica/técnica. Quando ambas as identidades se cruzam (mulher e migrante) a dificuldade de inserção no mercado laboral se intensifica visto que os fatores discriminatórios a gênero se somam aos relativos à nacionalidade. Com exceção daquelas posições relacionadas a trabalho doméstico e de cuidado. Nesse sentido, o gênero influenciará no setor laboral em que elas serão inseridas no país de destino.

Para além disso, as Convenções, leis e práticas que norteiam os direitos das mulheres e migrantes nos países receptores afetam essas mulheres; dependendo do país e de seu *status* legal acessar proteção em casos de violência doméstica pode ser uma tarefa complexa. Primeiramente, algumas comunidades imigrantes estão em posição de isolamento social, devido a fatores culturais, constringendo a mulher a procurar ajuda fora de sua comunidade; além de, por vezes, o idioma ser uma barreira. Em segundo lugar, as imigrantes que estão no país de forma indocumentada tendem a ter receio em procurar órgãos nacionais pelo temor de serem deportadas, “note-se, ainda, que, quando o estatuto legal da mulher imigrante está dependente do seu marido, empregador ou pai, a probabilidade de ela sofrer, em silêncio, uma situação de violência, por parte de qualquer um deles, é maior” (DUARTE; OLIVEIRA, 2012, p. 228). Para algumas, esse receio de procurar órgãos policiais está relacionado ao temor de ser responsável pela deportação do companheiro (LEVIT; VERCHICK, 2006).

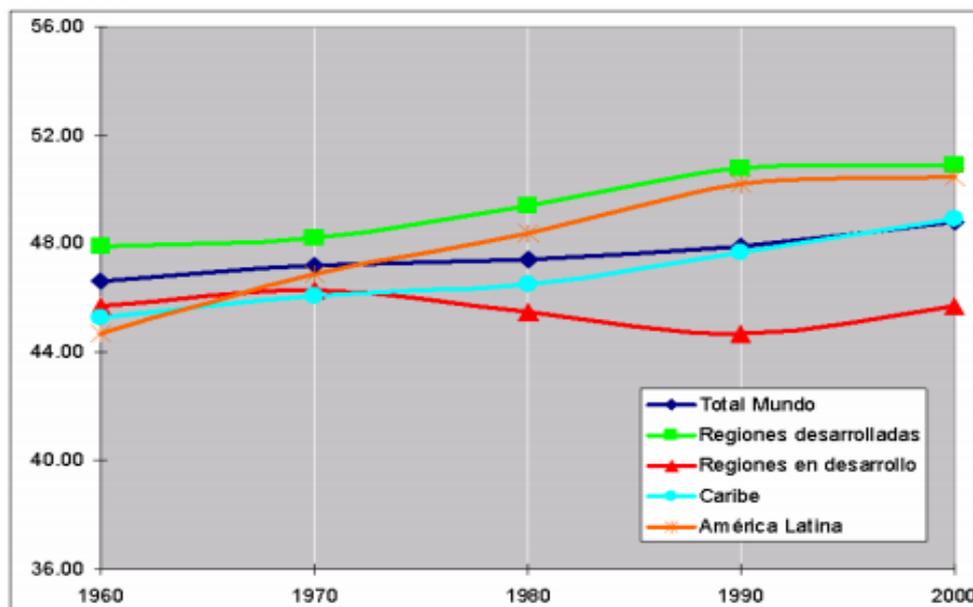
Posto isso, a importância de se compreender as relações de poder entre os sexos nos processos migratórios é necessário para garantir a segurança das mulheres migrantes. Através dessa compreensão, podem-se criar políticas e projetos que levam em conta as experiências engendradas por essas mulheres, diminuindo assim, as disparidades entre os gêneros no processo migratório. Além da relevância social, academicamente tem sido discutido, nas últimas décadas, um processo denominado feminização das migrações.

O termo “feminização das migrações” foi trazido pela primeira vez no relatório *The International Migration Review* (1984), documentando a predominância de mulheres entre os migrantes laborais, nos Estados Unidos. Desde então o conceito se popularizou, entre acadêmicos, para referir-se à migração feminina. Mark J. Miller, Hein de Haas, Stephen Castles (1993) no clássico “*The age of migration*”, identificam a feminização das migrações como uma tendência global das últimas décadas. Nesse contexto, as mulheres apresentam-se como protagonistas em todas as modalidades de migração e não mais apenas nos processos de reunião familiar, como fora até meados da década de 60, havendo, inclusive, recentemente, fluxos migratórios predominantemente femininos, como o caso das deslocadas da antiga Iugoslávia.

Durante a guerra civil (1991-2021) no território que hoje se encontra Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia, milhares de mulheres foram sexualmente violentadas, como forma de arma de guerra e limpeza étnica. Nesse caso, a migração foi utilizada como ferramenta de resistência contra as atrocidades que estavam sendo cometidas contra elas. Estima-se que cerca de 80% dos deslocados desse território são mulheres (STOJSAVLJEVIC, 1995).

A partir do início do século XXI, a Divisão de População das Nações Unidas estima que 49% do total de migrantes no mundo são mulheres e meninas, e que essa proporção chega a 70% se olharmos apenas para as regiões desenvolvidas. A dimensão do fenômeno da feminização das migrações varia de acordo com a localidade de origem, conforme podemos notar no Gráfico 1, sendo mais evidente na Europa e nas Américas, e com menor destaque na África do Norte, Subsaariana e Ásia Ocidental.

Gráfico 1 - Porcentagem de mulheres entre os migrantes internacionais, por área de destino, entre 1960 e 2000



Fonte: CEPAL, 2006.

Nos países do Norte Global, a feminização das migrações é bastante expressiva, enquanto caracteriza-se como um fenômeno mais recente nos países do Sul. Nesse sentido, Estados Unidos e Canadá apresentaram maior porcentagem de migrações femininas, já na década de 1930, enquanto Europa e Oceania atingiram essa proporção apenas em meados de 2000; com exceção da Austrália que já apresenta maior contingente de migração de mulheres que de homens, há cerca de três décadas. A grande maioria das que migram para o Norte Global são para fins de reunião familiar, mercado de trabalho e refúgio (UNFPA, 2006).

Em contrapartida, a feminização das migrações nos países em desenvolvimento¹⁴ apresenta um crescimento um pouco mais lento, se comparado com os países desenvolvidos¹⁵, porém constante. Por exemplo, no Sri Lanka órgãos oficiais reportaram duas mulheres emigrantes para cada homem, nas Filipinas 65% dos migrantes são do sexo feminino e na Indonésia essa porcentagem chega a 79%. Já no continente africano, as migrações femininas subiram apenas de 42% para

¹⁴ De acordo com o conceito de desenvolvimento, países em desenvolvimento são aqueles que oscilam os indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre médio e elevado. O IDH é medido de acordo com dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Fonte: <https://bit.ly/3fPG80L> Acesso em: 11 de abril de 2021.

¹⁵ Países desenvolvidos são aqueles com altos indicadores de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Fonte: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf Acesso em: 11 de abril de 2021.

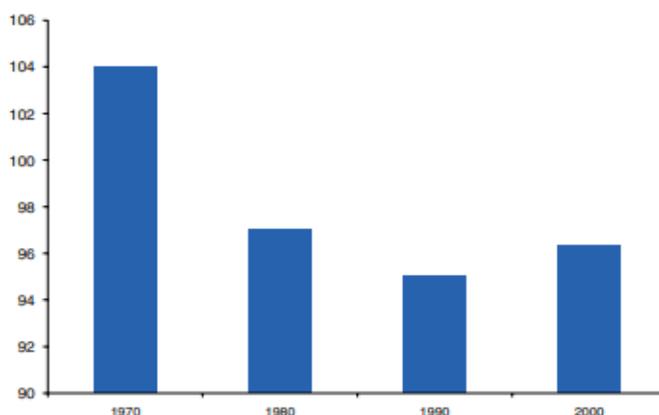
47%, entre os anos de 1960 e 2005. Acredita-se que esse fenômeno esteja relacionado à pobreza generalizada no continente, doenças, degradação da terra, e altas taxas de desemprego entre as mulheres (UNFPA, 2006).

Para ilustrar: Do Cabo Verde, as mulheres constituem 85 por cento de todos aqueles que migram para a Itália. Oportunidades de emprego na França atraíram um número crescente de mulheres, com nível superior, de áreas urbanas do Senegal. Enfermeiras também estão se deslocando – nigerianas para a Arábia Saudita, e ganenses, sul-africanas e enfermeiras zimbabuanas para o Canadá, Reino Unido e Estados Unidos (UNFPA, 2006, p. 23).

Já nas regiões árabes as migrações masculinas ainda são majoritárias, com destaque para a mobilidade intrarregional de homens em busca de ocupações no setor de petróleo. Esse padrão explica-se por fatores socioculturais presentes nos países dessa região.

Olhando mais atentamente para a América Latina e Caribe, ainda na década de 1980 a região apresentou indícios de uma maior participação feminina das migrações internacionais (vide gráfico 2). Apesar de apresentar uma baixa durante os anos de 1990, na primeira década do século XXI os principais fluxos migratórios da região foram identificados como predominantemente femininos. Podemos citar os casos dos deslocamentos de bolivianos para a Venezuela (onde 99,8 entre 100 imigrantes eram mulheres), colombianos ao Equador (89,2 por 100), paraguaios a Argentina (78,7 por 100) e peruanos ao Chile (66,5 por 100). Em quase todos os casos as migrantes destinam-se a localidades urbanas (CEPAL, 2008).

Gráfico 2 - Relação de mulheres para cada cem homens migrantes na América Latina e Caribe (1970-2000)



Fonte: CEPAL, *América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo* (2008).

De acordo com relatório divulgado pela CEPAL (2006)¹⁶ as migrações femininas da América Latina concentram-se, principalmente, nas fronteiras. Esse processo é facilitado por proximidades geográficas, culturais e de idioma, e se dá por questões econômicas e sociopolíticas; com destaque para períodos ditatoriais, os quais geraram grande número de exilados. Desde a década de oitenta, a Argentina é o principal destino das mulheres imigrantes do Paraguai (73 homens migrantes por cada 100 mulheres), Chile (92 homens por cada cem mulheres), Bolívia, Uruguai e Peru (67 homens por cada 100 mulheres). No início do século XXI a Argentina acumulou o maior número de estrangeiros em seu território da história. Quanto à América Central, a Costa Rica, desde a década de setenta se consolidou como o principal país de destino de mulheres imigrantes, principalmente oriundas da Nicarágua.

Um ponto de destaque é que há um grande número de imigrantes dessa região, em situação indocumentada nos Estados Unidos. Mulheres nicaraguenses, hondurenhas e salvadorenhas, assim como outras latino-americanas, migram devido à situação econômica de seus países e as profundas desigualdades existentes, deslocam-se em busca de oportunidades no mercado de trabalho. “Para as mulheres latino-americanas, o serviço doméstico aparece como uma das principais portas de entrada ao mercado de trabalho dos países receptores” (RICO 2006).

Saskia Sassen (2003) compreende esse novo padrão como uma consequência de um processo que a autora conceitua como *feminização da sobrevivência*, especialmente, nos países ditos “em desenvolvimento”. Nessas regiões, os efeitos adversos da globalização, tais quais formaram novos circuitos de fronteira, os quais apesar de diversos, compartilham em comum o propósito de desenvolvimento às custas daqueles menos favorecidos.

O crescimento do desemprego, o fechamento de muitas empresas em setores muitas vezes tradicionais orientados para o mercado local ou nacional, a promoção de safras comerciais voltadas para a exportação, que têm substituído agricultura de sobrevivência e produção de alimentos para mercados locais ou nacionais e, finalmente, o fardo pesado e contínuo da dívida do governo na maioria dessas economias (SASSEN, 2002, p. 257, tradução minha).

¹⁶ Las Mujeres Latinoamericanas en la Migración Internacional. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/noticias/2/25802/NievesRico.pdf> Acesso em: 10 de março de 2021.

Sassen considera elementos fundamentais para esses circuitos o tráfico internacional de mulheres para fins de prostituição, remessas de emigrantes para os países de origem, exportação ilegal de noivas-escravas, demanda para trabalhos regulares como domésticas e enfermeiras. Entre os atores principais temos mulheres em busca de renda, e também, traficantes de pessoas, governos e instituições.

Em adição ao processo de globalização, Glenda Labadie-Jackson (2008), entende a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, durante o século XX, como um dos pilares para o processo de feminização das migrações. A perpetuação dos papéis tradicionais de gênero e a falta de apoio estatal fez com que as mulheres precisassem terceirizar os trabalhos domésticos, a fim de poderem conciliar sua vida na esfera pública com a esfera privada. “Se o estado não fornece uma resposta ao problema, algumas mulheres se beneficiam do aumento no número de imigrantes dispostas a realizar tarefas domésticas e cuidar de crianças, idosos e enfermos” (LABADIE-JACKSON, 2008, p. 70, tradução minha).

Todos os processos migratórios são formados por fatores conhecidos academicamente como “*pull*” e “*push*”, o primeiro refere-se aos motivos que impulsionam os indivíduos a deixarem seus países de origem e o último aos possíveis benefícios que os atraem para determinada localidade; para Jackson o principal *pull* para a migração contemporânea feminina é o aumento da demanda por trabalhos domésticos e relacionados ao cuidado, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. “Mulheres imigrantes estão cada vez mais se tornando indispensáveis na oferta de mão-de-obra barata na economia global capitalista” (LABADIE-JACKSON, 2008, p. 75, tradução minha). É importante notarmos que essa terceirização também ocorre entre migrantes, normalmente para outras mulheres próximas, formando uma “corrente global do cuidado”.¹⁷

Zuhal Yeşilyurt Gündüz (2013) argumenta que essa cadeia global do cuidado pode ser codificada como *commodification of motherhood*, em alusão a maternidade como mercadoria do sistema capitalista. Essa cadeia ocorre do Norte para o Sul, ou seja, a emancipação de mulheres nos países desenvolvidos resulta, por vezes, na subordinação de mulheres de países em desenvolvimento, as quais acabam por mercantilizar seu afeto, fora de seu país de origem, a fim de poderem sobreviver

¹⁷ Do inglês “*global care chain*”.

dentro das diretrizes do capitalismo. Isso acontece porque a libertação feminina da esfera privada, ocorreu de forma seletiva e dissociada da quebra dos papéis tradicionais de gênero, fazendo com que houvesse um espaço vazio na esfera doméstica que precisou ser ocupado por outras mulheres. Esse fenômeno também está fortemente associado à raça, etnia, classe e nacionalidade.

Tal dinâmica, para Gündüz, é uma nova forma de colonialismo, denominada por ela como um “colonialismo emocional”. Se o colonialismo tradicional fora majoritariamente masculino e utilizava-se da força como forma de coerção, o novo colonialismo é centrado nas mulheres onde o afeto e o cuidado são o “novo ouro”. Apesar de parecer mais branda, essa nova forma não é menos coerciva que a anterior.

As mulheres que migram aparentemente optam por partir. No entanto, elas são coagidas por pressões e fardos econômicos, que os forçam a fazer escolhas difíceis. O contínuo hiato global Norte-Sul em si é uma espécie de coerção, violência, opressão e crueldade. Portanto, não é possível considerar a decisão de migrar como uma decisão de “livre arbítrio” (GÜNDÜZ, 2013, s/p, tradução minha).

Apesar da relação entre feminização da pobreza e feminização das migrações ser recorrente na literatura especializada, essa mudança de paradigma nas tendências migratórias pode ser entendida também como um processo de aumento de autonomia e emancipação feminina. O relatório “*Women’s empowerment and migration in the Caribbean*” (2017) aponta para ganhos consistentes na agência e empoderamento de mulheres que migraram de países caribenhos. Nesse sentido, observou-se que elas muitas vezes adquirem acesso a serviços não antes disponíveis, liberdades que lhes eram negadas em seus países de origem e também possuem a possibilidade de aumentar seu poder de agência nas decisões domésticas, através de seus salários. Subsequentemente, as remessas monetárias enviadas do exterior pelas mulheres para suas famílias, recorrentemente acabam por se tornar a única fonte de renda deles, fazendo com que essas mulheres se tornem as “chefes” da casa, mesmo à distância.

Apesar dos debates acima mencionados, não há unanimidade quanto ao recente crescimento quantitativo de mulheres imigrantes. Teóricos (ZLOTNIK, 2003; MARINUCCI, 2007; GABACCIA, 2016) argumentam que as mulheres sempre estiveram presentes nos processos migratórios, no entanto, a maioria dos dados estatísticos, até meados de década de 60, não apresentavam distinção entre sexos,

ou nos raros casos em que essa variável estava presente, não eram aprofundadas as especificidades da migração feminina.

A partir desse ponto de vista, Gabaccia (2016) refuta a relação da globalização com a feminização das migrações. Seu argumento é que o deslocamento de mulheres sempre esteve presente desde os primeiros grandes fluxos migratórios, diminuindo durante o período industrial do século XIX, quando a migração laboral cresceu, tornando-se majoritariamente masculino. Porém, de acordo com dados apresentados pela autora, no início do século XX a migração feminina já havia voltado a apresentar crescimento.

Evidências a respeito de uma feminização das migrações, já no início do século XX, podem ser encontradas em dados de migração compilados pelo *International Labour Office e the United Nations* e também em listas de navios para portos asiáticos. De 1930 a 1970, os Estados Unidos receberam muito mais mulheres do que os imigrantes do sexo masculino: fora privilegiada a unificação familiar durante um período de guerras o qual facilitou os casamentos internacionais entre soldados e noivas estrangeiras [...] Além disso, movimentos de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial apresentavam equilíbrio de gênero entre os indivíduos deslocados (GABACCIA, 2016, p. 2).

Sob essa perspectiva, não há dúvida que as mulheres participam e sempre participaram dos processos migratórios, todavia, elas estavam sendo invisibilizadas por censos demográficos, pesquisas acadêmicas, políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Do que falamos quando falamos da feminização da migração? Estamos falando de um fenômeno que não teve a atenção que merece. Nem pesquisadores - foi apenas nos últimos vinte anos que sociólogos e antropólogos construíram seus objetos de estudo em torno da migração de mulheres - nem líderes políticos, nem escritórios de estatística (faltam dados estatísticos gritantes desagregados por sexo quando se trata de migração). (FENNEKE, 2005, p. 5).

A partir desse olhar, o fenômeno da feminização das migrações, no início do século XXI, não é de cunho quantitativo e sim qualitativo. Conforme apontado pelo *Departamento de Assuntos Económicos y Sociales* das Nações Unidas (2004), “as estruturas existentes ignoravam a participação das mulheres e suas contribuições ao assumir que as causas e consequências da migração são semelhantes para mulheres e homens” (ONU, 2004, p. 14). Estudos sobre migração e refúgio, até meados dos anos 2000, em sua maioria, apresentavam um caráter *gender-neutral* e utilizavam modelos de análise baseados em experiências masculinas (ONU, 2004).

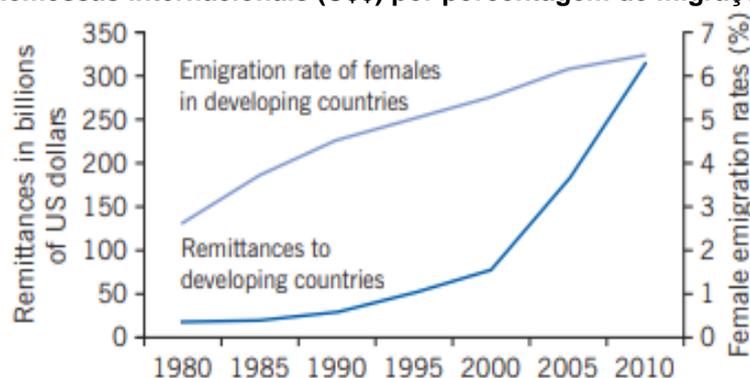
Roberto Marinucci (2007) compreende as origens dessa invisibilização na análise dos fenômenos migratórios sob lentes puramente economicistas e trabalhistas. “Partia-se do pressuposto de que os mercados de trabalho constituíam a principal causa dos fluxos. Portanto, sendo bastante reduzida a participação laboral da mulher, a migração era considerada um fenômeno fundamentalmente masculino” (MARINUCCI, 2007). As teorias neoclássicas dos estudos migratórios compreendiam o papel da mulher, nesses fluxos, como sendo apenas passivo, não havendo participação nos processos decisórios. Nesse sentido, a migração feminina era representada como uma simples variável do padrão masculino migratório. Por outro lado, as teorias mais recentes, focadas em redes sociais, apesar de levarem em conta o papel estratégico de diferentes grupos identitários, “raramente levaram em conta as estratificações e conflitos de gênero presentes no interior dessas redes, ilusoriamente interpretadas como espaços onde as decisões são tomadas de forma participativa e simétrica” (MARINUCCI, 2007).

Monica Boyd e Elizabeth Grieco (2003) acrescentam que “as teorias tradicionais falhavam em nos ajudar a entender as circunstâncias que encorajam as mulheres a se tornarem migrantes transnacionais, a entrar em canais de tráfico humano ou a buscar refúgio” (BOYD; GRIECO, 2003, p. 1), para as autoras é necessário que se mostre como o fenômeno migratório não é um processo neutro, ao contrário, trata-se de fenômeno com forte viés de gênero. Com isso, acredita-se que devido à maior atenção quantitativa à migração de mulheres e também às discussões levantadas pelas autoras mencionadas, tem sido incorporada uma perspectiva de gênero nas análises migratórias dos últimos vinte anos, embora esses enfoques ainda mantenham-se marginais dentro do campo de estudo.

Em uma terceira abordagem, pesquisadoras acreditam que o processo de feminização das migrações diz respeito a uma mudança no perfil e nas modalidades migratórias de mulheres. A mulher migrante na atualidade, “está assumindo um papel protagônico, incentivada ou induzida por razões socioeconômicas, por mudanças do mercado de trabalho, bem como por transformações ou procura de transformações nas relações de gênero” (MARINUCCI, 2007, p. 10). Nesse sentido, o foco da mobilidade feminina não é mais acompanhar ou reencontrar seu marido, mas usufruir de sua emancipação ou ir ao encontro dela. De acordo com Marinucci (2007), o processo de feminização das migrações oferece um modelo alternativo das relações de gênero. Nessa ótica, os papéis tradicionais masculinos, de provedores

dos lares, são questionados a partir do envio de remessas, por parte de mulheres no exterior, para seus companheiros/famílias no país de origem. Segundo relatório da UN-INSTRAW (2008), as mulheres tendem a enviar uma proporção maior de seus salários e de forma mais constante, sendo responsáveis pelo sustento de famílias numerosas, além de responder de maneira mais rápida e efetiva às emergências de suas famílias em seus países de destino. De acordo com o Gráfico 3, a curva de remessas internacionais acompanha a curva do aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios.

Gráfico 3 - Remessas internacionais (US\$) por porcentagem de migrações femininas



Fonte: Maelan Le Goff (2016).

Em nível macro, as remessas também possuem papel importante no desenvolvimento de países do Sul Global. Para alguns países mais pobres, elas tornaram-se a maior fonte de divisas, ultrapassando o volume de investimento estrangeiro e Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Em alguns países, como o Brasil, o recebimento de remessas serve como garantia para obtenção de crédito estrangeiro. As remessas representam 1% do PIB brasileiro, além das remessas enviadas de forma informal, o Banco Central contabilizou US\$ 2,3 milhões em remessas, no ano de 2004 (MARTES; SOARES, 2006).

Localizada no estado de Minas Gerais, a cidade Governador Valadares é um dos municípios brasileiros com maior número de emigrantes, e é destino de 14% das remessas enviadas ao Brasil, sendo a maior concentração no país. Mais da metade dessas remessas são aplicadas no mercado imobiliário, o que acelerou o setor de forma significativa. Como resultado, a cidade apresenta crescimento constante, em

comparação com outras cidades mineiras e aumenta sua contribuição na composição do PIB (MARTES; WEBER, 2006).

À vista disso, podemos concluir que mesmo que o fenômeno da feminização das migrações não seja consenso entre teóricos, a migração de mulheres é um fato indiscutível e que merece atenção, por isso, no próximo capítulo apresentaremos as experiências de mulheres migrantes no Rio Grande do Sul, dividida nos eixos temáticos: maternidade, mercado de trabalho, violências, raça e resistência. Analisaremos seus relatos sob a luz da Teoria Política Feminista, com o objetivo de destacar a forma como o gênero, interseccionado com outros marcadores sociais, molda suas experiências como migrantes.

3 VIVÊNCIAS ENGENDRADAS NO PROCESSO DE DESLOCAMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL

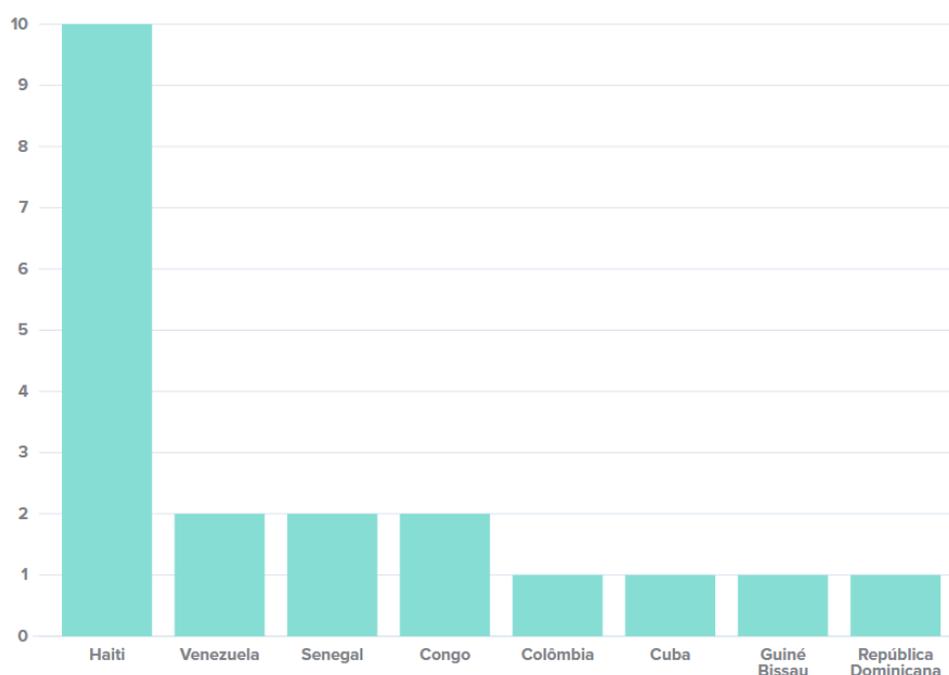
O presente capítulo concentra-se na apresentação e discussão dos dados empíricos obtidos através do estudo de caso aqui proposto, com o objetivo de responder ao nosso problema de pesquisa, o qual busca compreender as experiências engendradas das mulheres migrantes solo. Primeiramente, contextualizamos o campo onde realizamos a primeira aproximação com as participantes da pesquisa e também onde foi realizada a observação participante. Após, apresentamos os resultados da pesquisa em questão, estrutura em quatro eixos, sendo abordada a maternidade e o mercado de trabalho, e os analisaremos sob as lentes da Teoria Política Feminista.

3.1 INFORMAÇÕES DAS ENTREVISTADAS

Neste subcapítulo apresentamos o perfil das participantes da presente pesquisa, no que se refere à idade, nacionalidade, raça, escolaridade e maternidade. Foram entrevistadas 20 migrantes solo, com idades entre 20 e 30 anos. Elas relataram não ter o Brasil como primeira opção, com exceção de uma entrevistada que, por exemplo, contou sonhar desde criança em morar no país, por ser fã da Seleção Brasileira. As outras expuseram que seu destino de deslocamento foi influenciado por fatores externos, como facilidade de obtenção de refúgio/visto, pessoas conhecidas que haviam imigrado ao país anteriormente e boatos de oportunidades de emprego e estudo no país. A partir das falas das entrevistadas foi possível identificar que elas tiveram diversas motivações para migrar, com especial destaque para o aspecto sócio-econômico, havendo a busca de oportunidade de emprego/estudo, emancipação familiar/religiosa e desejo de proporcionar melhores condições de vida aos seus filhos.

No entanto, mais da metade delas migraram anteriormente para outros países da América Latina, principalmente Chile, mas decidiram vir para o Brasil por não encontrarem meios de subsistência no destino anterior. A maioria das entrevistadas reside em Porto Alegre/RS, com exceção de duas que moram em Alvorada e Viamão, cidades próximas da capital, há 4 anos ou mais.

No tocante às suas nacionalidades, segue gráfico para visualização:

Gráfico 4 - Número de migrantes por nacionalidade

Fonte: Elaborada pela Autora (2021), a partir de informações fornecidas pelas participantes da pesquisa.

Como reflexo do grande fluxo migratório de haitianos para o Brasil na última década, uma parcela significativa de nossas entrevistadas é oriunda desse país. Por outro lado, apesar de a imigração venezuelana e colombiana também possuírem protagonismo, não se observa uma quantidade expressiva dessa nacionalidade, devido à pandemia do COVID-19 não foi possível uma gama mais diversificada, visto que nosso trabalho de campo foi interrompido.

No que tange a raça, 18 migrantes se autodeclararam negras, duas indígenas e uma relatou não ter certeza, pois nunca pensou a respeito. A escolaridade variou entre ensino fundamental e superior completo, sendo que a maior parte delas concluiu o ensino médio e parou de estudar. Seis imigrantes possuem ensino superior, com formação em: pedagogia, música, engenharia, contabilidade, filosofia e sociologia. No momento, duas estão cursando Graduação e outra realizando mestrado, todas vinculadas a uma Universidade pública brasileira.

Salientamos que mesmo com ensino superior completo ou em curso elas estão inseridas em posições de trabalho precarizadas ou desempregadas, com exceção da mestranda, que é beneficiária de uma bolsa CAPES; as demais estão empregadas nas áreas de serviços gerais e auxiliar de cozinha, e outras trabalham

como autônomas¹⁸. Quanto à maternidade, sete entrevistadas relataram ter filhos, todos eles com menos de 10 anos e residentes no Brasil, com exceção de uma que deixou três filhos no país de origem. Posto isso, no subitem seguinte apresentaremos a análise das entrevistas, sob o primeiro eixo temático maternidade.

3.2 MIGRANTES SOLO E MATERNIDADE

A gravidez e a migração, apesar de serem fenômenos aparentemente bastante distintos, possuem algo em comum: são processos de transição – *torna-se mãe* assim como *torna-se estrangeira*. Em ambos os casos, estão presentes alterações em suas identidades, no significado de seus corpos, em suas práticas sociais e culturais e na sua percepção de mundo. Ser mãe e ser migrante implica ter de se ajustar a uma nova realidade e a novas dinâmicas familiares, as quais exigirão adaptações tanto no nível psicológico e biológico, quanto social. (COUTINHO *et al.*, 2010). Nesse sentido, as migrantes Amanda, Magda e Isabel¹⁹ afirmam que vivenciar ambos os processos ao mesmo tempo pode ser uma experiência solitária:

*“Eu vim **sozinha**, não sabia como cuidar de um bebê, tive que aprender sozinha” (Amanda, Guiné Bissau, 30 anos).*

*“Nos primeiros dias eu chorava muito, me sentia muito perdida, **sozinha**, arrependida, eu só tinha problema” (Magda, Haiti, 26 anos)”.*

*“Eu to [sic] **sozinha** aqui, e se eu ficar doente? Quem fica com a minha filha?” (Isabel, cubana, 34 anos).*

Tradicionalmente, mulheres quando se tornam mães, especialmente pela primeira vez, experimentam a solidão e até mesmo o isolamento. Os papéis tradicionais de gênero, ainda presentes na maioria das sociedades, compreendem a maternidade como algo natural e intrínseco à mulher, fazendo com que essas sofram cobranças, internas e externas, para que sejam mães *perfeitas*, o que muitas vezes as colocam em uma posição de abdicar de suas vidas em prol de tornar-se uma *boa-mãe* aos olhos da sociedade. Por vezes, essa cobrança social é tão

¹⁸ Elas trabalham fazendo tranças, cuidando de crianças ou revendendo roupas e maquiagens.

¹⁹ Todos os nomes aqui presentes são fictícios para proteger a privacidade das entrevistadas.

intensa que as mulheres podem desenvolver quadro psíquicos, como depressão, transtorno de ansiedade e síndrome do pânico (AZEVEDO; ARRAIS, 2006; SOUSA; PADRO, 2011; AIROSA; SILVA, 2013).

Quando a maternidade e seus desdobramentos se interseccionam com a distância de suas origens e de tudo que lhes é familiar, essa solidão se intensifica, porque não se trata mais somente da solidão da maternidade, mas soma-se à solidão de migrar. Ser mãe longe de seus *modelos* de maternidade pode se transformar em um desafio, como relata Amanda, uma vez que as mulheres não nascem com predisposição ao trabalho maternal, mas sim, o aprendem através de relações familiares. Uma vez sozinha em outro país ou até mesmo continente, tem de aprender as tarefas básicas de trocar fraldas, dar banho, alimentar, e tantas outras atividades relacionadas de forma autônoma. As dificuldades decorrentes da escassa rede de apoio, se agravam quando somadas à falta de domínio do idioma local, impedindo-as de se comunicar plenamente. Esse quadro cria obstáculos extras na formação de novos vínculos afetivos e também de obter ajuda.

Com isso, há o agravante do choque cultural entre as práticas maternas consideradas *normais* e *aceitáveis* em contextos culturais distintos, que podem deixá-las ainda mais inseguras quanto às condutas seriam *certas* ou *erradas*. A imigrante cubana Isabel traz em seu depoimento uma outra perspectiva da solidão, onde estar sozinha e distante da sua família se traduz na necessidade de resistência, física e mental, pois elas encontram-se como os únicos alicerces de suas famílias. Para essas mulheres, não há espaço para ficar doente, vulnerável ou desistir. Conseqüentemente, o isolamento e a falta de amparo vivenciada pelas mães-migrantes-solo influencia diretamente na sua inclusão social e inserção no mercado de trabalho. As dificuldades sofridas por elas aparecem de forma recorrente nos relatos das entrevistadas, tal como observa-se nas falas a seguir:

“Enquanto eu não recebo a resposta da creche eu faço comida para vender” (Claudia, Haiti, 32 anos).

“Como eu tenho a Fernanda, eu não posso sair para trabalhar né, sou só eu e ela aqui... aí eu inventei uma coisinha, só para não ficar parada, abri uma loja online” (Amanda, Guiné Bissau, 30 anos).

“Desde que eu cheguei eu não saio muito de casa, eu cheguei e soube que eu estava grávida e mudou tudo. Tudo que eu imaginava, estudo, trabalho... Então desde que eu cheguei eu não trabalho, não vou em lugares que tem gente, não faço nada...” (Ana, Haiti, 25 anos).

“Aqui não tem trabalho para quem tem filho, eu faço qualquer coisa, mas preciso levar meu filho” (Luiza, Haiti, 23 anos).

“Em 2018 comecei a trabalhar em um mercado, então fiquei grávida, quando meu filho fez 9 meses perdi o trabalho e desde então procuro outro trabalho... que nunca encontrei” (Magda, Haiti, 26 anos).

Suas narrativas vão ao encontro da situação que as mulheres brasileiras também enfrentam, no que tange à relação mercado de trabalho/maternidade. A discriminação de mães nesse mercado é bastante corriqueira no Brasil, sendo comum o empregador dar preferência a mulheres solteiras e sem filhos, especialmente no setor de serviços. Por sua vez, também é frequente a contratação de homens em detrimento das mulheres. Ainda que sejam menos qualificados para a função, eles são colocados à frente na disputa por uma vaga, já que não tem o potencial biológico para engravidar (PAZELLO, 2006; BELTRAME; DONELLI, 2012). Essa prática, apesar de velada, ocorre de maneira sutil durante as entrevistas de emprego, normalmente através de perguntas como: “você é casada?”, “você tem filhos?”, “quantos?”, “quem cuida de seus filhos quando você está trabalhando?”, “e se as crianças ficarem doentes?”, “qual o horário da creche de filhos?”, chegando a questionar-se até mesmo se há a adoção ou não de métodos contraceptivos pela candidata. Questões de natureza eminentemente privada, portanto, chocam-se com a esfera pública, condicionando assim caminhos, consequências e vivências distintas, conforme o gênero apresentado por cada pessoa.

Corroborando essa afirmação, pesquisa divulgada pelo *American Journal of Sociology* (2007), nos Estados Unidos, revelou que na situação onde todos os candidatos possuem as mesmas qualificações, porém algumas candidatas apresentavam sinais de terem filhos, a probabilidade de contratação delas se reduziu em 37% (GOLDSTEIN, 2018). Ao somarmos essa taxa com os altos índices de discriminação na contratação de migrantes, as mulheres-mães-migrantes estão em uma posição de grande desvantagem no mercado laboral.

A falta de sensibilidade ao gênero e à maternidade nos programas de acolhimento também contribui para a dificuldade de inclusão social e laboral das migrantes-mães. Isabel, migrante cubana, relata que tem dificuldade em realizar as aulas de português, disponíveis gratuitamente para migrantes por organizações não governamentais, porque ela precisa levar sua filha ao local onde o curso é ministrado. Ela acredita que seria oportuno se a organização levasse em conta que grande parte das mulheres ali presentes são mães e não têm com quem ou onde deixar seus filhos, em segurança. Durante o período da observação participante, as migrantes comentaram sobre sua percepção de desigualdade, e até mesmo de injustiça, quanto a sua inserção no mercado laboral. De acordo com elas, seus amigos e conhecidos homens conseguiam oportunidades de emprego muito mais rápido que elas, mesmo tendo menor escolaridade e/ou menos experiência.

Essa situação de exclusão provoca nelas um sentimento de falha e fracasso, uma vez que seus objetivos (trabalho/estudo) ao deixar o país de origem não são concretizados. Amanda, migrante de Guiné Bissau, 30 anos, relata que desenvolveu depressão logo após o nascimento de sua filha, e expõe que se sentia muito frustrada, porque veio ao Brasil em busca das oportunidades de curso superior e que seus planos tiveram que ser pausados de forma indeterminada após tornar-se mãe. A história de Amanda é bastante comum nas sociedades ocidentais, uma vez a figura da mãe está atrelada a abdicação e sacrifícios, enquanto ao pai sobram os gozos da paternidade. Essa construção social da maternidade tem sido alvo de diversas discussões dentro da Teoria Política Feminista, especialmente dentro da chamada *segunda onda*.²⁰

Antes Simone de Beauvoir, em seu clássico livro “O Segundo Sexo” (1949), já argumentava que a maternidade pode ser lida como uma forma de sujeição feminina e que a única maneira da mulher se emancipar em igualdade ao homem seria recusá-la; “todo o organismo da fêmea adapta-se à servidão da maternidade e por esta é comandado, ao passo que a iniciativa sexual é apanágio do macho” (BEAUVOIR, 1949 p. 41). Nessa mesma perspectiva, outras feministas, ligadas à corrente radical, articularam a maternidade com a opressão e confinamento feminino na esfera privada (FRIEDAN, 1963; FIRESTONE, 1972; MILLETT, 1977), inclusive

²⁰ A segunda onda do feminismo abarcou os anos de 1960 a 1980 e pautou sobre sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos e desigualdades socioeconômicas. Fonte: <https://www.britannica.com/event/womens-movement> Acesso em: 12 de abril de 2021.

sendo sugerida a reprodução artificial como um meio de “libertar as mulheres da tirania da reprodução” (FIRESTONE, 1972, p. 193).

Décadas após o início desse debate, algumas mulheres lutaram por mudanças sistêmicas, a exemplo de creches e escolas de turno integral, para auxiliar na conciliação entre maternidade com e trabalho/carreira. Contudo, essas alternativas não estão disponíveis a todas, e aquelas com condições financeiras para pagar escolas e serviços de babás estão em vantagem. Mesmo sendo um direito constitucional o acesso a creches públicas em todo território nacional, a quantidade de vagas oferecidas e a sua distribuição geográfica faz com que muitas não consigam acessá-las. Isabel chamou a atenção, também, para a xenofobia presente na seleção para ocupar vagas:

“Eu fui matricular a Paula na creche do aqui no meu bairro e me falaram lá que as vagas eram para brasileiros, que eles têm prioridade e que eu nem deveria tentar. Eu entendo que os brasileiros têm prioridade, entendo mesmo, mas se tem vaga, por que eu não posso tentar?” (Isabel, cubana, 34 anos).

Além disso, conforme observamos em diversas conversas no CIBAI, a falta de políticas públicas voltadas para inclusão social de migrantes e sensibilidade linguística na disseminação de informações resulta no desconhecimento da existência das creches públicas pelas migrantes. A barreira do idioma também dificulta o conhecimento sobre as leis brasileiras, fazendo com que elas também não saibam quais os direitos lhe são garantidos pela Constituição.

Além desses obstáculos, essas mulheres enfrentam um conjunto de outras adversidades por serem mães ou migrantes isoladamente, onde a soma das identidades junto com as relações desiguais de gênero agrava suas vivências. A discriminação da maternidade coloca a mulher-mãe em uma posição de responsabilidade integral pelos filhos, desconsiderando ou minimizando os papéis e obrigações dos pais. A desvantagem das mães solo fica evidenciada nas narrativas a seguir:

“Eu cheguei no Brasil eu era virgem, eu não tinha muito conhecimento sobre os métodos para não engravidar, ele insistiu em fazer sexo, eu engravidei na primeira vez e ele nunca mais me atendeu” (Luiza, Haiti, 23 anos).

“Não fiz sozinha, mas agora sou sozinha, crio sozinha” (Claudia, Haiti, 32 anos).

A negligência parental, a distância de uma possível rede de apoio familiar, e a falta de políticas públicas, levam as migrantes a criar redes de apoio entre elas, auxiliam umas às outras no cuidado com as crianças e nas tarefas domésticas diárias. Para bell hooks (1986) esse tipo de solidariedade entre mulheres é uma forma de resistência contra as opressões e subordinações as quais elas são submetidas por uma sociedade racista, heteronormativa, classista e com resquícios patriarcais.

Porém, em divergência com o feminismo liberal, que entendia uma opressão comum como o elo para essa irmandade, o feminismo negro unifica as mulheres através de suas estratégias de resistência diárias.

Elas não podem se dar ao luxo de se ver apenas como 'vítimas' porque sua sobrevivência depende do exercício contínuo de quaisquer poderes pessoais que possuam. Seria psicologicamente desmoralizante para essas mulheres se relacionarem com outras mulheres com base na vitimização compartilhada. **Elas se relacionam com outras mulheres com base em forças e recursos compartilhados.** Este é o movimento feminista de vínculo de mulheres que deve encorajar. **É esse tipo de vínculo que é a essência da irmandade** (HOOKS, 1986, p. 128).

Nesse sentido, destaca-se o relato da haitiana Cláudia:

*“Eu só posso sair para trabalhar graças a minha amiga, ela cuida do meu filho, em troca eu divido minha comida com ela. **A gente se ajuda, é quase família**” (Claudia, Haiti, 32 anos).*

Como forma de contornar as adversidades que lhes são apresentadas cotidianamente, grande parte das imigrantes acaba por se inserir apenas no mercado informal, trabalhando como manicures, cabeleireiras, diaristas e vendedoras ambulantes. Muitas vezes, a renda advinda dessa ocupação é a única da casa, tanto no Brasil quanto no país de origem. É bastante comum que mulheres com filhos migrem em busca de melhores rendimentos com o objetivo de proporcionar vidas mais confortáveis a seus filhos, como é o caso da Dayse, haitiana, que nos relata ter vindo para o Brasil em busca de emprego para poder enviar dinheiro a seus filhos no Haiti, assim lhes proporcionando a chance de continuar estudando.

“No meu país não é fácil, o dinheiro não dá se todo mundo não trabalhar, se trabalhar meus filhos não podem ir pra escola, eu mesma trabalho desde os 4 anos” (Dayse, 35 anos, haitiana).

Para Dayse, a maternidade influenciou sua decisão de migrar. Todos os anos cresce, no Brasil, o número de mulheres como Dayse, que são responsáveis pelo envio de remessas para os países de origem, e conseqüentemente impactando seu crescimento financeiro e desenvolvimento. Graças a elas e a sua coragem de migrar sozinhas para lugares distantes, na maioria das vezes com idiomas que lhes são totalmente estranhos, os efeitos da pobreza em diversos países do Sul Global tem se mitigado (GOFF, 2016). Mesmo que entendamos que essas mulheres estão assumindo responsabilidades estatais, e que essas somente estão nessa posição devido à negligência de seus países em lhes promover meios de subsistência, tomamos o exemplo como forma de demonstrar seu poder de agência e também seu grande valor na comunidade.

Apesar de todos os percalços por elas relatados em sua trajetória como mães e migrantes, ser mãe não é algo essencialmente bom ou ruim em si, porém é algo subjetivo que toma forma de acordo com outras experiências que se apresentam em suas vidas, como migrar, estudar e ingressar/manter-se no mercado de trabalho.

3.3 INSERÇÃO DAS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO

Neste segundo eixo temático a centralidade é o mercado de trabalho. Todas nossas entrevistadas vieram ao Brasil em busca de oportunidades no mercado de trabalho, mesmo que com diferentes objetivos de vida. Motivadas pelas promessas de prosperidade financeira do Brasil, propagadas internacionalmente, especialmente, na primeira década do século XXI,²¹ elas migraram para o Brasil com esperança de se inserir no mercado laboral aquecido e com possibilidade de boa remuneração. Entretanto, na realidade se depararam com o oposto disso, todas as entrevistadas chegaram ao Brasil depois entre 2014 e 2017, período em que a crise

²¹ Durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Brasil ocupou o lugar de sexta economia mundial. Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

político-econômica do país se instalou e as taxas de desemprego atingiram sua porcentagem mais alta em dez anos.

“O que a gente imagina e a realidade é bem diferente né? Sabe, a África tem suas vantagens e desvantagens, como aqui. Tem coisas boas aqui, como saúde, escolas, mas a gente é muito discriminado por ser africano” (Amanda, Guiné Bissau, 30 anos).

“O mercado daqui, eu não conheço bem, mas é muito complicado, você tem que conhecer pessoas para poder divulgar o seu trabalho, faço unhas. Eu também desde que cheguei tentei me cadastrar em várias empresas, sabe? mas não consegui. Você faz seu cadastro e eles não mandam nenhuma mensagem, ou nem para dizer que você não vai poder ser contratada. Não tem nenhuma resposta, quando dão arrumam problemas para contratar estrangeiros” (Beatriz, Senegal, 31 anos).

“Olha, tá sendo difícil aqui, mais difícil do que eu imaginei, para a minha condição está sendo muito difícil, eu dependo de outras pessoas para poder me virar” (Cláudia, Haiti, 32 anos).

Com a crise interna brasileira, que atingiu diversas esferas das vidas dos brasileiros, intensificam-se os sentimentos de xenofobia e nacionalismo²², os quais se traduzem na ideia que os estrangeiros estão no país para roubar as oportunidades de trabalho dos nacionais. Entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 633%²³ nas denúncias de xenofobia no Brasil. Em realidade, o que ocorre é o oposto, com a crise econômica os migrantes estão cada vez mais sendo alocados em posições desvantajosas, insalubres ou em subempregos.

Nesse sentido, é importante refletirmos sobre a interseccionalidade na xenofobia, uma vez que não podemos considerar que todos os estrangeiros sofrem da mesma maneira. Em entrevista realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016), com migrantes no Brasil, 100% das mulheres relataram já ter sofrido com algum tipo de xenofobia, enquanto para os homens essa porcentagem atingiu 60% (MORAIS, 2018). Dentro do mercado de trabalho, mesmo quando são qualificadas, as mulheres migrantes ocupam posições relacionadas ao trabalho doméstico ou setores precarizados. Entre nossas entrevistadas, Amanda possui

²² Assim como em outros países.

²³ De acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

curso técnico em Contabilidade, Luiza é formada em Filosofia e Thainá é formada em Pedagogia; todas são mulheres, todas atuam como domésticas, portanto fora de sua área de formação.

Cabe ressaltar que tradicionalmente, os serviços domésticos remunerados – ou não – são um trabalho direcionado às mulheres. Essa divisão sexual do trabalho é um produto de construções sociais, as quais condicionam os indivíduos a dicotomias biológicas e destinam, assim, as mulheres à esfera reprodutiva e os homens à esfera produtiva (KERGOAT, 2000; HIRATA, 2007). A partir da crença de que a mulher possui maior aptidão para trabalhos domésticos, posições relacionadas ao trabalho de cuidado são, quase em sua totalidade, ocupadas por elas: tarefas domésticas, cuidado das crianças, idosos e pessoas dependentes (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011).

Nas últimas décadas, a demanda por trabalhos domésticos remunerados tem crescido exponencialmente como resultado de uma nova configuração da divisão sexual do trabalho, o “modelo da delegação”. Partindo da perspectiva que as mulheres, especialmente aquelas em posição de privilégio econômico, investem cada vez mais em suas carreiras e em seu desenvolvimento pessoal, e que para isso é necessário que o cuidado com a casa e com os vulneráveis seja delegado para outra pessoa. Ou seja, elas acabam por recorrer à enorme reserva de mulheres em situações de precariedade econômica (HIRATA; KERGOAT, 2007).

É de primeira importância salientar que esse fenômeno possui forte viés de raça e de classe (BIROLI, 2016). No contexto brasileiro, 92% das empregadas domésticas são mulheres negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias em situação de pobreza (PINHEIRO *et al.*, 2019). Esses dados não são novidade, visto o passado escravista brasileiro que colocou as mulheres negras em posição de mães pretas, matriarcas, mulatas e/ou domésticas (GONZALEZ, 1983).

A criação desses papéis criou imagens de controle que as confinam nestas posições, mesmo mais de um século do fim da escravidão no Brasil (COLLINS, 2019). Essas imagens de controle são projetadas para fazer o racismo, sexismo, pobreza e outras formas de injustiça social parecerem partes naturais, normais e inevitáveis da vida cotidiana. Isto é uma forma de normalizar a relação, quase que automática, da imagem de uma mulher negra ao trabalho doméstico e de cuidado.

Dessa dinâmica, surgem situações de extrema violência, como foi o caso de duas entrevistadas que revelaram terem enfrentado situações de trabalho escravo. Thainá relata que quando chegou ao Brasil, conheceu um homem que lhe ofereceu emprego em sua fábrica, no interior do Rio Grande do Sul, e ela aceitou a proposta. Quando chegou no local, o empregador lhe atribuiu, além das atividades na fábrica, cozinhar, limpar e lavar para todos os operários. Ao final do mês, Thainá não recebeu salário algum. Ao questionar a respeito de seu pagamento, lhe foi informado que seu pagamento era feito em forma de moradia e comida, e que ela deveria estar agradecida de poder estar ali, *“só porque eu sou mulher e negra ele pensou que eu sou escrava”* (Thainá, Haiti, 30 anos).

Nathalia (Haiti, 42 anos) também descreveu uma situação semelhante, no seu caso ela foi contratada para ser empregada doméstica e morar na casa de sua empregadora, entretanto além de cuidar da casa, conforme o acordado, ela também foi solicitada a cuidar de uma idosa, de acordo com ela, os cuidados com a idosa deveriam acontecer em tempo integral, sem ter outra pessoa para auxiliar no turno inverso. Seu salário não foi melhorado conforme o aumento de suas responsabilidades, pelo contrário, todos os meses ela recebia um salário menor, e por vezes até não recebia nenhuma remuneração, com a justificativa de que ela gerava muitas despesas com alimentação na casa e também deveria pagar aluguel, vivendo assim uma dinâmica praticamente escravagista.

Durante meu trabalho no CIBAI, conversei com muitas mulheres que passaram por situações semelhantes. Entretanto, algumas das nossas entrevistadas tiveram experiências positivas na sua inserção no mercado de trabalho, como foi o caso de Juliana (venezuelana, 38 anos) que abriu, em 2017, seu próprio restaurante de *arepas*²⁴, na região metropolitana de Porto Alegre; ou de Janete (congolesa, 23 anos) que paga seus estudos fazendo tranças africanas. Apesar da falta de espaço no mercado formal, ambas utilizaram as habilidades adquiridas em seu país de origem para gerar renda, para si, no Brasil. Outras também participam do mercado informal trabalhando como manicures, revendedoras de roupas e diaristas.

“Eu aprendi a cozinhar lá em Caracas, com a minha mãe, eu cozinhei desde pequena sabe? e hoje esse é meu sustento. E faz sucesso viu?” (Juliana, Venezuela, 38 anos).

²⁴ Prato típico venezuelano.

“Apesar de tudo eu estou feliz com esse ramo da beleza, espero poder me especializar mais. Quando sabem que a gente é africana, elas querem trança só com a gente! Sabem que a gente é boa nisso!” (Janete, Congo, 23 anos).

Apesar do processo de inserção das mulheres imigrantes no mercado laboral ser influenciado por discriminações de raça, gênero e nacionalidade, elas, inúmeras vezes, conseguem traduzir essas vivências em resistência. Com a renda obtida, mesmo que de trabalhos domésticos, elas podem encontrar diversas formas de emancipação no Brasil. Isabel era uma famosa flautista em Cuba, no entanto, enfrentava opressões de gênero, marginalização e perseguição, sendo inclusive acusada de prostituição por tocar para turistas e estrangeiros. Hoje ela trabalha como auxiliar de serviços gerais e conta que não trocaria a liberdade que adquiriu no Brasil, ainda que exercendo uma atividade subalterna, por um trabalho mais prestigiado:

“Lá em Cuba eu era flautista, eu era famosa, sabe? Eu tocava pra gente importante, políticos, celebridades. Mas eu não era feliz, porque o que eu ganhava não dava nem pra comer direito, aí eu tinha que ficar pedindo gorjeta. O mais humilhante é que eles achavam que eu era prostituta. Hoje eu limpo uma escolinha e sou feliz, não quero voltar nunca mais pra lá” (Isabel, Cuba, 34 anos).

Ao analisar os relatos, pode-se concluir que assim como questões de gênero, a raça aparece como fator determinante para sua inserção no mercado de trabalho. Patricia Hill Collins (1999) entende que o papel socialmente empregado às mulheres negras no mercado laboral como *mulas* está no centro desse fenômeno. “Como objetos desumanizados, as *mulas* são máquinas vivas e podem ser tratadas como parte do cenário. Mulheres totalmente humanas são menos facilmente exploradas” (COLLINS, 1999, p. 45).

Essa dinâmica tem suas raízes no período escravocrata, onde mulheres negras foram alocadas nas “casas grandes” e forçadas a trabalhar nos serviços domésticos, onde tinham todas as outras esferas de sua existência ofuscadas pelo trabalho compulsório (DAVIS, 1983). Desde então, apesar das lutas constantes do movimento feminista negro, a dissociação da figura da mulher negra com a imagem de serviçal ainda não foi concluída, resultando assim em episódios como os relatados pelas entrevistadas.

A maternidade também está intrinsecamente relacionada à raça e ao mercado de trabalho, conforme podemos observar nas narrativas aqui apresentadas. Ser mãe influencia diretamente nas possibilidades que essas mulheres têm no mercado de trabalho. Quando somadas a raça, gênero e nacionalidade, forma-se uma teia complexa de identidades que as coloca em uma posição de subalternidade na sociedade. Com isso, no próximo capítulo serão abordadas as questões raciais, violências e as formas de resistência.

4 AS VIOLÊNCIAS RACIAIS VIVENCIADAS PELAS MIGRANTES SOLO

O presente capítulo, assim como o anterior, concentra-se na apresentação e discussão dos dados empíricos obtidos através do estudo de caso aqui proposto, com o objetivo de responder ao nosso problema de pesquisa. Primeiramente, foram debatidas as experiências de violências enfrentadas pelas migrantes solo; e na sequência, focalizou-se as questões raciais que atravessam suas vidas e por fim, trazemos os mecanismos de resistência que estão intrínsecos ao processo de deslocamento solo de mulheres.

A violência é um conceito amplo e complexo que ultrapassa diferentes áreas do conhecimento. Sua topologia deriva do latim *vis* que significa força e está relacionada à projeção dessa força sobre o outro, podendo ser de forma simbólica ou literal. Ela está presente em todas as partes do mundo e em diferentes tipos de sociedade, tendo a universalidade como sua maior característica (MINAYO, 2006). Além disso, trata-se de um fenômeno plural, que se apresenta em formas distintas, podendo ser física ou psicológica.

Nesse sentido, Etienne G. Krug (2000) indica três principais categorias de violência: 1) violência coletiva, que ocorre em nível macrossocial; 2) violência autoinfligida, que indica violência a si próprio; e 3) violência interpessoal, comunitária ou familiar. O sociólogo Johan Galtung adiciona a essa tipologia, ainda, a violência estrutural, aquela que não está direcionada a um alvo concreto, mas é gerada pela estrutura social e expressa-se especialmente na forma de divisão desigual de poder.

A violência estrutural é silenciosa, não aparece – é essencialmente estática, como águas tranquilas. Em uma sociedade dinâmica, a violência pessoal irá ser registrada, enquanto a violência estrutural pode ser vista tão natural quanto o ar ao nosso redor [...] Portanto, a violência pessoal pode ser mais facilmente notada, no entanto as 'águas tranquilas' da violência estrutural pode conter muito mais violência (GALTUNG, 1971, p. 173, tradução minha).

Essa violência estrutural afeta, majoritariamente, grupos marginalizados e/ou minoritários, como mulheres, negros, indígenas, população LGBTQI+ e imigrantes, pois eles se encontram em desvantagem nessa relação de poder. Certos indivíduos sofrem mais de um tipo de violência, devido ao caráter interseccional de suas identidades, como é o caso das mulheres-migrantes, mulheres-migrantes-negras,

mulheres-migrantes-mães, mulheres-migrantes-mães-e-negras, entre outras tantas diversas combinações identitárias possíveis.

A violência perpassa a vida dessas mulheres desde o processo pré-migratório, sendo essa uma das principais motivações para migrar. Muitas sofreram violências institucionais e políticas, e foram privadas de sua liberdade e direitos de cidadania, como o caso da cubana Isabel, que relata que sua decisão de migrar está relacionada ao desejo de adquirir capacidade de agência em sua vida, especialmente no âmbito profissional.

“Lá em Cuba a pirâmide tá invertida, você sabe o que é a pirâmide invertida? Quanto mais você estuda e se qualifica, menos você ganha. E a mulher, se a mulher ganha muito, principalmente em Havana, eles acham que é prostituta, que tá vendendo pros turistas. E lá é crime, aí os policiais já vem... Por isso eu estudei para ser musicista, para sair de lá” (Isabel, cubana, 34 anos).

Ela também relatou que está enfrentando armadilhas jurídicas e documentais, tanto em Cuba quanto no Brasil.

“Eu trabalhei muito como flautista, pedi muita gorjeta e consegui comprar uma casa, em Cuba isso é muito difícil, não é comum. Antes de sair de lá eu deixei um documento para minha mãe, caso desse certo aqui eu pediria para ela vender a casa e me mandar o dinheiro. Como eu já tô [sic] aqui há 4 anos, resolvi vender minha casa, não volto mais pra lá. Só que agora minha mãe não consegue vender a casa, eles dizem que o papel não vale. Mas eu sei que vale. Eles querem que eu volte e aí, eu nunca mais vou poder sair de lá, Deus sabe o que vai acontecer comigo! Eu podia usar esse dinheiro com a minha filha aqui, sabe...” (Isabel, cubana, 34 anos).

“Eu também tô [sic] sem passaporte há 3 anos, não posso fazer nada sem passaporte, eles dizem que é por causa da pandemia, mas já fazem 3 anos. A pandemia é agora” (Isabel, cubana, 34 anos).

Luana, venezuelana, 25 anos, também teve seus direitos de cidadania violados pelo estado, conforme relatou durante a entrevista:

LU - “Eu sou enfermeira, formada. Na fronteira os oficiais rasgaram meu diploma, é normal, sabe? Ou rasgam ou botam fora, pra gente não poder trabalhar fora da Venezuela”.

LA - “Tu já tentou [sic] pedir uma cópia para a Universidade que se graduou?”

LU - “Já, mas eles querem cobrar 2 mil dólares. Não tenho isso. Tudo lá é assim agora. Então eu preciso trabalhar com o corpo aqui. Eu trabalho com sexo. Não é fácil, sabe? Eu queria exercer minha profissão. Eu até já apanhei aqui na rua, eu tô [sic] correndo risco”.

Tanto Isabel quanto Luana foram vítimas de uma violência perpetuada por seus Estados de origem, a qual, mesmo que direcionada a nível macro, afetou diretamente as suas vidas e resultou em outras violências, como no caso de Luana. Já Amanda, de Guiné Bissau, enfrentou violências, especialmente psicológicas, na esfera familiar durante sua vida inteira, tal como revela no seguinte trecho: *“lá no meu país a mulher não tem direito, não pode estudar, trabalhar e nem escolher com quem vai casar, ou se vai casar”*. Outras, sofreram com os resultados das mudanças climáticas, como no caso das haitianas, que antes de vir ao Brasil, enfrentaram a fome e o desemprego, resultado do furacão que assolou o país em 2010.

Após chegar no Brasil, elas deparam-se com novos e diferentes tipos de violência, tanto de caráter estrutural quanto pessoal. Essas se apresentam de forma multidimensional e interseccional e não podem ser explicadas apenas pela incidência de uma identidade, mas sim pelo cruzamento de diferentes identidades socialmente marginalizadas. Considerando esse aspecto, utilizaremos a metáfora das rodovias, cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002) para situar o debate. Imaginemos uma rodovia, nessa rodovia cruzam algumas vias, sendo elas: gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, sexualidade, maternidade e faixa etária. Os locais onde nossas entrevistadas estão situadas determinam quantas vias irão se cruzar, e conseqüentemente, qual seu grau de vulnerabilidade.

No entanto, cabe salientar que ao debatermos violências e vulnerabilidades das mulheres migrantes, não se pretende essencializá-las ou tomá-las como sujeitos sem ação, mas sim trazer à tona os diferentes tipos de marginalização que essas mulheres estão expostas a partir da intersecção de outras identidades subalternas à sua condição de migrantes. Essa marginalização está atrelada a conceitos pré-concebidos sobre mulheres migrantes solo, mulheres negras, mulheres estrangeiras,

e assim por diante, e não diz respeito a sua própria capacidade de autonomia. Com isso, evidencia-se uma **situação** de vulnerabilidade, ao contrário de uma identidade vulnerável.

Durante a realização das entrevistas, quando questionadas sobre o tema das violências, a maioria das migrantes revelou já ter enfrentado algum tipo de violência por ser mulher, ou seja, violência de gênero. O mesmo foi observado durante a observação participante, onde muitas expunham histórias de violência, tanto no país de origem, quanto no país de destino. Esse tipo de violência também tem um caráter estrutural, por se tratar de um fato corriqueiro e não apenas isolado a elas. A violência de gênero está presente em todas as culturas, em maior ou menor grau, perpassando todas as classes sociais, etnias e religiões; podendo se apresentar no âmbito de relações conjugais, familiares, trabalhistas; através da reprodução de costumes, como a mutilação genital feminina; bem como tráfico de mulheres e casamento forçado (RODRIGUES; ESPINOSA, 2014). Esse conceito não diz respeito apenas a atos contra as mulheres, mas abrange também indivíduos de ambos os sexos. No entanto, a violência perpetuada por homens contra mulheres é imensamente mais usual do que do modo contrário, isso porque em uma sociedade patriarcal, os homens estão em vantagem na estrutura hierárquica do poder. “No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou [...] tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Ser mulher e estar sozinha em um país estrangeiro cria um imaginário de indefensabilidade o qual as coloca como alvo de diferentes tipos de opressão e violações. A explicação para esse fenômeno encontra-se no rótulo socialmente construído de “mulher migrante”,

com o qual elas são consistentemente marcadas. Isso impôs identidade e define as mulheres refugiadas como um grupo extremamente vulnerável e explorável: enquanto o termo 'mulher' denota uma pessoa de baixo status sociocultural, o termo 'refugiado' transmite sua correspondente falta de status político-jurídico. O cruzamento e efeito de combinação dessas identidades duais, tanto as mulheres quanto os refugiados, podem explicar sua extrema vulnerabilidade à violência sexual e de gênero por parte dos atores que confiam na impunidade legal e na aceitação social (PITTAWAY; PITTAWAY, 2004, p. 138).

Esse é o caso de Joana (48 anos, Haiti), que nos conta ter sofrido tentativa de estupro por um colega de faculdade:

J – “Eu moro sozinha, né? Então um dia esse colega disse que iria na minha casa depois da aula, pensei que era pra gente estudar né? Só que quando chegamos lá ele tentou me beijar à força, eu não deixei! Eu sou adventista! Ele continuou mesmo eu dizendo que não, até eu gritar que iria ligar para a polícia, foi quando ele foi embora. Nunca mais deixei outro colega vir à minha casa” (Joana, 48 anos, Haiti).

L – “Você denunciou seu colega para alguma autoridade?”

J – “Não, sou migrante né, não sou daqui, quem iria dar confiança?”

Apesar de Joana não ter denunciado o agressor à polícia, nem tão pouco à universidade, ela não demonstrou medo ou vergonha de compartilhar conosco sua história, ao contrário, através de suas expressões durante nossa conversa, manifestou orgulho por ter resistido a essa violência e reivindicado o poder sob seu corpo. Infelizmente, casos em que as mulheres sentem-se à vontade em falar sobre as violências sofridas, como Joana, são raros, uma vez que é comum que as vítimas sejam culpabilizadas e expostas.

Identificamos dois tipos de relações de dominação, nessa situação, que a colocaram em vulnerabilidade perante seu colega de universidade. A primeira delas é a *dominação interpessoal*. Esse tipo de dominação, conforme Patricia Hill Collins (1990; 2016; 2017), se dá através da relação de poder, socialmente construída, entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais e como o poder se equilibra entre eles. Como já mencionado, em uma sociedade patriarcal, a balança do poder pende para o lado masculino, salvo algumas exceções, colocando-o em um papel social de dominação frente à mulher. Quanto mais identidades subalternas essa mulher soma, como raça, classe e nacionalidade, maior será sua desvantagem, enquanto maior o número de identidades hegemônicas um indivíduo acumula, maior sua capacidade de poder.

Considerando tais elementos, afirma-se que Joana, mulher-negra-migrante, encontra-se em posição de desvantagem ante seu agressor, homem-branco-nacional, situação que deu a ele confiança para tentar violar seu corpo. Em um segundo momento, é identificada uma forma de *dominação disciplinar*, onde a

entrevistada sente-se inibida de procurar ajuda em órgãos públicos devido ao seu status de imigrante e também de mulher. Mulheres quando tentam denunciar homens, em raras ocasiões são ouvidas, sendo comum a violência institucional. E nos casos em que lhes é conferida a escuta, por diversas vezes, são qualificadas como exageradas, loucas ou mesmo mentirosas, por isso, preferem silenciar, tal como fez Joana. Em um processo de dominação disciplinar, em teoria, não existe nenhuma regra ou lei explícita impedindo que mulheres procurem ajuda, mas há uma organização social intrínseca à sociedade que as compele a não fazê-lo.

Gabriela, congoleza, 21 anos, também relatou ter enfrentado um episódio de assédio sexual e psicológico, dessa vez perpetrado por um homem com quem ela mantinha relacionamento aqui no Brasil. De acordo com seu relato, após decidir não ter mais contato com esse homem, ele não aceitou o fim da relação e começou a ameaçá-la.

“Um dia, aconteceu um evento muito complicado, muito complicado! Eu cheguei na polícia e fiz um pedido para fazer uma denúncia, e o policial me perguntou: “mas ele é brasileiro ou estrangeiro?”, então eu disse: “é da mesma nacionalidade que eu”, e ele respondeu “melhor não fazer então, pode prejudicar o processo de refúgio dele”. Eu deixei e fui embora, só que o fato de eu ter deixado fez ele me ameaçar ainda mais” (Gabriela, Congo, 21 anos).

No caso de Gabriela, a violência foi empreendida por um migrante, assim como ela, entretanto essa condição não os igualou uma vez que ainda se manteve a relação de dominação do homem sobre a mulher. Além de não os colocar em posição de igualdade, sua segurança foi preterida em prol do bem-estar de um homem, mesmo ela tendo procurado um órgão que, em tese, deveria zelar pela segurança da vítima, ao invés de proteger o agressor. Esse caso exemplifica o que Rita Segato (2016) chama de pacto de silêncio entre pares, ou seja, um elo invisível de proteção entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social – grupo hegemônico – com o objetivo de manter as relações de poder e dominação favoráveis a si mesmos.

Assim como a haitiana Joana, Gabriela foi confrontada por uma *dominação disciplinar*, onde as normas não escritas e construídas em cima de papéis sociais de gênero a colocaram em posição de desvantagem. Sua situação é semelhante à de diversas mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil, com o diferencial de

que ela como migrante solo não possui uma rede de apoio no país, tampouco possui familiaridade com outros órgãos alternativos que poderiam vir a protegê-la quando os meios institucionais falham, quadro que a coloca em uma situação de maior vulnerabilidade.

Na mesma linha dos relatos anteriormente expostos, Vera e Jussara também tiveram experiências de abuso, violação e importunação sexual.

V - “Eu comecei a ficar com medo e evitar muitas saídas. Só quando eu cheguei no Brasil meu medo se desenvolveu.”

L - “Por algum acontecimento específico contigo ou devidos à relatos?”

V - “Eu tenho mais medo dos homens da rua, porque eu fui vítima de assédios. Dentro do ônibus e também na rua, duas vezes, então é mais isso. Hoje quando a pessoa me olha demais minhas pernas já começam a tremer, entro numa loja pra disfarçar, sabe? No ônibus eu tava [sic] sentada, na verdade eu entrei no ônibus e eu tava [sic] sentada, e um senhor de uns 50 ou 55 anos, ele começou a me olhar... começou a me olhar... e ele veio e sentou do meu lado, e começou a me falar “ah, como é teu nome?” Perguntei sobre meu país, e eu comecei a simpatizar um pouco com ele, só que depois ele começou a pedir meu whatsapp e do nada ele começou a tocar em mim, e aí eu me alertei e falei tipo: “moço, para de tocar em mim”! Ele tentou ser um pouco mais agressivo, até que o cobrador falou “moço você vai ter que sair, senão eu vou chamar a polícia agora!”. O pior é que eu via ele todos os dias na parada, ia eu tinha que esperar ele ir embora, uma vez eu até pedi pra um casal me acompanhar” (Vera, 20 anos, Senegal).

J - “Quando eu digo que sou da Colômbia os caras me tratam como puta. Uma vez um cara tentou me estuprar. Eu estava provando vestidinhos e ele entra no provador e fala: “não, tranquila, tu pode [sic] de outro jeito”. Isso é muito muito pesado, sempre que falo fico um pouco deprimida, porque tudo bem, sou privilegiada por estar aqui... ele tocava as partes íntimas e me olhava, foi nojento!” (Jussara, Colômbia, 33 anos).

Para ambas as entrevistadas há uma relação entre migração e assédio sexual, pois revelam nunca ter passado por situações semelhantes em seu país de origem. Jussara teve em sua nacionalidade a *justificativa* para a perpetuação de uma violação sexual. Ambas enfrentaram o peso da objetificação de seus corpos,

tanto de migrantes quanto de mulheres. Elas são livres para migrar e deixar para trás as diferentes situações de opressão que viviam em seus países, porém seus corpos e os estereótipos atrelados a eles tendem a “migrar” conjuntamente, acompanhando a identidade das mulheres independente do destino final:

A ilusão de sermos pessoas inteiramente livres que poderiam mudar nossa identidade nacional, de classe ou gênero, facilitada pelo avanço da tecnologia e da distância, se dilui quando nossa aparência étnica ou nosso corpo e gestos tornam visível a história de nossos pertencimentos (LÁZARO-CASTELLANOS; JUBANY-BAUCELLS, 2012, p. 171, tradução minha).

Nesse sentido, em seus corpos, enquanto femininos, estão historicamente situados em uma dinâmica de sujeito-objeto, que produziu a objetificação da mulher através de práticas e relações sociais, “de acordo com as quais o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher” (SAFFIOTI, 1997, p. 69). E, por outro lado, enquanto migrantes, seus corpos “carregam o estigma de uma alteridade racializada e sexualizada” (ECHEVERRI, 2016, p. 101, tradução nossa). A intersecção desses marcadores fixa seus corpos como territórios para violências, o qual elas não têm como deslocar-se.

Apesar disso, nossas entrevistadas quando questionadas sobre violência de gênero, em grande maioria, responderam considerar esta apenas quando há agressões físicas e estupro com penetração, desconsiderando outros tipos de violação, tanto física quanto psicológica. Suas respostas são reflexos de uma socialização caracterizada por não educar as mulheres/meninas – e especialmente os homens/meninos – a respeito das relações de gênero e de poder existentes em uma sociedade heteronormativa e patriarcal, não lhes dando assim as marcas para proteção e prevenção.

Enquanto migrantes, grande parte das participantes dessa pesquisa admitiram desconhecimento sobre as redes estatais de apoio à mulher existentes no Brasil – conhecidas como Rede Lilás²⁵ – nem sequer sobre o funcionamento da lei

²⁵ A Rede Lilás consiste em uma Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, com o propósito de desenvolver estratégias de prevenção e de políticas que possam garantir o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Através dessa rede são articulados serviços públicos e ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, à justiça e ao mundo do trabalho, como as DEAMS, as Patrulhas Maria da Penha, o Ministério Público, a Defensoria Pública. Fonte: <https://bit.ly/3z1sTI3> Acesso em: 02 de abril de 2021.

Maria da Penha e das delegacias especializadas. Algumas mulheres contaram já ter ouvido a respeito das leis de proteção à mulher, mas não sabiam como procurar ajuda ou se o arcabouço legal existente se aplica às migrantes. Seus depoimentos nos fazem refletir sobre a falta de engajamento institucional em fazer com que informações sobre o combate à violência de gênero também sejam acessíveis para a população estrangeira. A partir de uma perspectiva de tratamento igualitário, há uma homogeneização dos migrantes, onde busca-se um atendimento não discriminatório, o qual acaba por apenas evidenciar desigualdades intrínsecas à nossa sociedade. Em estados liberais, quando levanta-se a bandeira da igualdade, invisibiliza-se que indivíduos, pertencentes à grupos identitários, partem de *locus* distintos. Por isso, quando os imigrantes são tratados como um sujeito homogêneo, desconsidera-se que esse sujeito universal é homem, branco, em idade laboral, rico e heterossexual.

Também deve-se levar em conta os aspectos multiculturais existentes dentro desse debate. Apesar de controverso, em determinadas culturas alguns tipos de violência são aceitáveis em prol da manutenção de certas tradições, no entanto, deve-se atentar que a cultura não deve ultrapassar o limite da preservação dos direitos humanos. Em alguns países, em especial pertencentes ao Sul Global, ainda impera o patriarcalismo e alguns tipos de violência contra as mulheres são naturalizadas e nem mesmo são consideradas violência.

A senegalesa Adriana, migrante residente em Porto Alegre há 5 anos, hoje trabalha para unir as mulheres oriundas de seu país, que vivem na capital. O objetivo dessa união é combater as violências e opressões do dia a dia e conscientizá-las a respeito de questões de gênero. Ela nos relatou que esse relativismo cultural impede que muitas mulheres migrantes denunciem seus agressores aqui no Brasil, o que propicia que homens tirem vantagem dessa relação abusiva, tal como observa-se no seguinte depoimento:

“Lá no meu país algumas coisas são normais, eles falam: “você tem que ouvir seu marido”, “você não tem razão”. Eu entendo que não é assim, mas eu sou uma exceção, e eu aprendi que não é assim, não nasci sabendo. Então eu quero ajudar outras senegalesas a também entenderem e não aceitarem mais serem maltratadas. Elas saíram de lá, não vão ser maltratadas aqui” (Adriana, Senegal, 41 anos).

Por fim, evidenciamos o caráter dialético dessa relação de poder. Muito embora “a corrente vitimista de pensamento tende a pensar a mulher como vítima passiva” (SAFFIOTI, 1997), ela não é apenas um sujeito sem ação, absorvido nas violências que lhe são acometidas. Todos os sujeitos possuem um papel ativo nas relações sociais, o que difere é sua parcela de poder nessa relação, não significando que elas não possuam poder algum. Nos casos acima retratados, todas as mulheres migrantes demonstraram compreender e possuir poder de gestão de suas vidas e das situações que as acometem. No entanto, essas estão em uma posição de extrema vulnerabilidade e de marginalização, a qual muitas vezes as coloca como vítimas de diversos tipos de violências. Isso se justifica pela intersecção de suas identidades de gênero, raça, classe e nacionalidade, e não diz respeito à sua capacidade de agência.

4.1 RAÇA

O termo raça sempre esteve ligado ao ato de fazer classificações. Em um primeiro momento, empregava-se somente a plantas e animais, e a partir de meados do século XVI, começa a ser aplicada também aos seres humanos. A raça ganha relevância social no contexto iluminista europeu (XVIII), momento em que a dicotomia filosófico-antropológica entre civilização e primitivo emerge na Europa, juntamente com a noção do homem universal. Nesse contexto, a colonização seria uma ferramenta útil para um projeto universalista, o qual teria como principal objetivo levar a civilização para os cantos mais remotos e selvagens do mundo.

Amparados em uma justificativa positivista de superioridade racial, acreditava-se que àqueles indivíduos de pele mais escura e originários de locais com clima tropical seriam inferiores e até mesmo desprovidos de humanidade. Com base nessa noção cometeu-se diversas atrocidades contra diversos povos, as quais não cabe aqui nos aprofundarmos. Desse modo, Silvio Almeida (2018) conclui que a raça pode operar a partir de dois registros complementares e entrecruzados:

- 1) como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;
- 2) como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”. A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Frantz Fanon denomina racismo cultural (ALMEIDA, 2018, p. 23).

Após séculos de pesquisas de cunho biológico e antropológico, acredita-se que a superioridade racial está refutada na maior parte das sociedades. Entretanto, o racismo, a discriminação racial e o preconceito racial ainda imperam nessas mesmas sociedades contemporâneas. Cabe destacar que esses conceitos não são sinônimos entre si. O racismo é uma forma de discriminação com base na raça, tanto consciente quanto inconsciente, enquanto preconceito racial é a crença em juízos pré-concebidos de estereótipos raciais, podendo ou não resultar em discriminação. Nesse sentido, a discriminação racial é a atribuição de tratamentos diferenciados para indivíduos pertencentes de determinado grupo racial. (ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, todas nossas entrevistadas em algum momento compartilharam terem sido expostas à ideia de diferença racial e as opressões dela oriundas, pela primeira vez quando chegaram ao Brasil:

“Lá no meu país todo mundo é igual. Nunca tinha pensado que eu era diferente” (Vanessa, Haiti, 26 anos).

“Aqui quando a gente anda na rua, todo mundo nota a gente sabe? Eu vejo que aqui muita gente é branca, eu chamo atenção, todo mundo já sabe que sou estrangeira, e me tratam diferente, com curiosidade” (Isabel, Cuba, 34 anos).

“Eu não entendi o racismo até chegar aqui, parece que eles não sabem que a escravidão acabou” (Marisa, Haiti, 30 anos).

“Na TV a gente vê uma coisa né? Brasileiro gentil, simpático, mas não falam que eles são um povo racista. Ninguém sorri pra mim quando eu tô [sic] na rua” (Jussara, Colômbia, 33 anos).

Em seus países de origem as entrevistadas situam-se dentro do grupo populacional hegemônico, onde elas não se sentiam racializadas, nem mesmo discriminadas por sua cor de pele. Porém, ao chegarem ao Brasil, depararam-se com a experiência de ser o *outro*, tanto em termos de raça quanto em termos de nacionalidade. Para Seyla Benhabib (2004), todas as nações são construídas com base na dicotomia de *nós* e os *outros*, e com a retomada dos grandes fluxos migratórios, durante o século XXI, esses *outros* evidenciaram-se como imigrantes, refugiados e asilados. Conseqüentemente, sentimentos de nacionalismo e de valorização do *nós* acabam por negar a eles a sensação de pertencimento e direitos básicos civis e humanos. Conforme expressa Benhabib, indivíduos têm sua

participação negada devido “ao *tipo* de ser humano que você é: raça, gênero, religião, etnia, comunidade linguística ou sexualidade” (BENHABIB, 2004).

Nossas entrevistadas chegaram ao Brasil acreditando que essa dinâmica não se aplicava aqui, porém se surpreenderam ao descobrir, no dia a dia, que a democracia racial não passava de um mito. Mito esse construído a partir de narrativas romantizadas do processo de colonização do país, onde o estupro de mulheres negras e indígenas foi convenientemente denominado por atores hegemônicos como *miscigenação* e tratado como uma relação consensual, e não como a violência que realmente foi. O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre teve papel importante na criação dessa narrativa, ao escrever sua obra “Casa-grande & Senzala” (1933) onde é apresentada uma leitura dialética do processo de colonização e escravidão no Brasil, perspectiva responsável por retratar os escravizados como sujeitos relativamente beneficiados em relações de troca com seus dominadores, e não de violência, como de fato ocorreu.

O mito da democracia racial e o estereótipo da miscigenação, propagado internacionalmente, do brasileiro como um povo diverso, festeiro, descontraído e caloroso, criou nelas um imaginário do Brasil como “um país sem racismo, um paraíso para as pessoas negras” (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 103). Todavia, o que elas encontraram foi uma sociedade estruturada pelo racismo (ALMEIDA, 2018; RIBEIRO, 2021), dado que a Lélia Gonzalez chamará de “neurose cultural”. Referindo-se à forma como o racismo opera veladamente na sociedade brasileira, a autora observa “que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios” (GONZALEZ, 1983, p. 1983). Essa neurose mantém-se intacta no imaginário de uma ordem supostamente democrática, mas que em realidade mantém as relações instituídas no período colonial (CARNEIRO, 2003).

Mesmo há mais de um século do fim da escravidão no Brasil, episódios de racismo e discriminação racial ainda são bastante frequentes no cotidiano do país. As imigrantes também relataram suas experiências com o racismo nos seguintes trechos:

“Uma vez eu estava na aula e tinha uma carteira do meu lado vazia, chegou outra aluna e sentou no chão, ela não quis sentar do meu lado! Ela preferiu sentar no chão do que do meu lado!” (Ana, Haiti, 22 anos).

“Eu me lembro que eu fui um dia no mercado e entrei numa loja de papel, aí eu queria ver os cadernos, livros... aí veio uma vendedora, ela olhou pra mim e falou: ‘vem aqui, vem aqui! aqui estão os mais baratos!’ E eu tinha dinheiro pra comprar o que eu queria! Eu não entrei mais naquela loja até hoje” (Marina, Haiti, 23 anos).

“Constante eu sou discriminada aqui, o pessoal tem aquele papo né, eu sou europeu e tal?! Desde que o Brasil elegeu o novo presidente, parece que muitas pessoas tiraram a máscara de cordeiro e se sentiram a vontade de me tratar como ladra, por exemplo, eu já tive colegas meus que me chamaram de ladra! Situações terríveis. Por exemplo, na rua que eu moro, e eu sempre vou no supermercado que tem ali, vou sempre arrumada, cheirosa, e o segurança vai sempre atrás de mim! Em muitos mercados já aconteceu assim, já me passou de abrirem minha mochila, só por eu ter cara de índia. Eu penso sempre isso, sou uma pessoa super privilegiada, tenho estudo, tenho uma roupinha boa, e mesmo assim pra mim é muito comum que quando eu falo que sou da Colômbia as pessoas me perguntem por cocaína, acham que sou puta, prostituta” (Jussara, 33 anos, Colômbia).

“Eu trabalhava na cozinha, enquanto eu lavava louça sabe o que os colegas faziam? Riam de mim! Sabe por quê? Porque eu não entendia português... Eu falava só espanhol porque já tinha morado na Bolívia. Eles me dizem: ‘preta, o que tu tá fazendo aqui?’ Quando não era isso eles tavam [sic] falando, fofocando. Eu chorava bastante, quando eu chegava em casa era noite de choro, eu chorava, chorava, dizia: ‘Meu Deus, Jesus... como eu vou entender essa língua?’ Daí procurei ouvir hinos, cânticos assim né? Eu lia bastante, peguei a bíblia, peguei os livros, mesmo que eu não entendesse, e eu comecei a entender! Comecei a ouvir o que eles tavam [sic] dizendo, era uma coisa horrorosa! Eu não falei nada, ficava quietinha, mas chorei, chorei, chorei... Falei: ‘Meu Deus, dá-me um coração para perdoar essas pessoas!’ Agora sempre que eu vejo um imigrante, eu imagino o que ele está passando. Aí uma vez eu cheguei e falei: ‘Colegas, vocês estão falando mal de mim!’ E eles só responderam: ‘Como que tu entendeu? Tu começou [sic] a ir pra escola?’ Daí o patrão falou: ‘Não fala assim com ela, ela fez universidade no país dela! E ela tem estudo!’ E eles responderam: ‘Mas o que ela tá [sic] fazendo aqui, se o país dela era bom assim? Ela deveria ter ficado no seu país” (Carol, Haiti, 34 anos).

Os relatos acima transcritos evidenciam o cruzamento entre racismo e xenofobia, não sendo possível dissociar um do outro. Nesse sentido, estudos acadêmicos²⁶ apontam que existe uma espécie de racismo seletivo, menos velado, quanto trata-se de indivíduos estrangeiros. Essa discriminação direcionada a migrantes segue as mesmas premissas daquele voltado aos indivíduos nacionais, porém com a adição de traços nacionalistas, e se explica “porque esses não somente são ‘outros e diferentes’, mas também porque, sobretudo, acabaram de entrar e não há espaço para eles” (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018, p. 106, tradução nossa). Não é coincidência que os episódios enfrentados por Ana e Carol tenham tido uma universidade e um ambiente corporativo como pano de fundo. Em ambos os espaços há relativa escassez de vagas, o que causa no grupo hegemônico percepção de necessidade de *proteção* desses lugares contra a entrada daqueles que estão em grupos minoritários – os “*outros*”. O objetivo é manter seu lugar de privilégio e poder nas relações sociais. Isso fica evidenciado, quando Clara, uma universitária e bolsista colombiana, é rotulada de ladra por alguns colegas de curso.

O lugar de “outro” e “diferente” torna-se ainda mais notório quando considerado o Estado em que estão morando. No Rio Grande do Sul, região de colonização europeia, principalmente italiana e alemã, 71% da população é branca, sendo apenas 27% negros e 2% amarelos²⁷, em contraste com outros Estados do Brasil, onde a população negra e parda é numericamente predominante. Em meio a população gaúcha, torna-se mais complexo seu processo de identificação e inserção na sociedade, como constatado na fala de Joelma, haitiana, que relata receber olhares na rua o que a faz se sentir diferente por “*todo mundo ser branco*” ao seu redor.

Clara também revela sentir-se discriminada no Estado, devido ao imaginário de superioridade construído no sul do Brasil, com base na descendência europeia da população. A percepção delas vai ao encontro de um estudo divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o qual aponta Porto Alegre como a capital brasileira com a maior desigualdade entre brancos e negros. “A raiz do

²⁶ MARTÍNEZ, Susana Martínez; DUTRA, Delia. Experiencias de racismo desde la inmigración Haitiana y Africana en Brasil. Dossiê: “Racismos”. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. v. 26, n. 53, Maio-Ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3z5Jswc> Acesso em: 02 de abril de 2021.

²⁷ As faces do racismo no Rio Grande do Sul [Reportagem de Andressa Morais, Daniela Gonzatto, Sara Nedel Paz, Tainara Pietrobelli e William Martins, publicada por Medium Beta Redação, em 11 dez. 2020]. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/605941-as-faces-do-racismo-no-rio-grande-do-sul> Acesso em: 03 de abril de 2021.

racismo no estado está no orgulho que se tem da origem europeia. Principalmente no interior, onde muitos sequer se consideram brasileiros, se consideram europeus. Trata-se de uma cultura de reforço de estereótipos” (TENÓRIO, 2018, p. 3).

Além do racismo se perpetuar entre os gaúchos, também é constatado o caráter seletivo na recepção de migrantes no Brasil. Enquanto aqueles de pele branca e oriundos do continente europeu são motivo de orgulho e vanglória, os que são negros ou indígenas são discriminados e estereotipados. Esses estereótipos os subalternizam, colocando-os como pessoas desprovidas de capacidade intelectual, financeira, moralidade e até mesmo de humanidade. Quando os colegas de trabalho de Carol assumem que ela é uma pessoa iletrada apenas por ser negra e haitiana, torna-se perceptível o preconceito em torno da ideia de migrantes negros como indivíduos ignorantes e miseráveis. Contudo, as situações enfrentadas por Marina e Clara em estabelecimentos comerciais, expõe o imaginário social da pessoa racializada como alguém sem condições financeiras ou criminosas (“ladrão”), introduzindo nelas a ideia da necessidade de saírem “arrumadinhas”, como menciona Clara, para evitar constrangimentos, uma vez que no Brasil o *bandido* tem cara, cor e classe social.

Essas relações raciais no país possuem efeitos ainda mais violentos, sobretudo para as mulheres. Para essas, de acordo com Lélia Gonzalez (1983), existem apenas três papéis possíveis, frente à sociedade brasileira: a mulata, a doméstica e a mãe preta. A primeira se personifica no Carnaval, momento em que a mulher racializada transforma-se em *rainha* através de um processo de sexualização de seus corpos; já a doméstica diz respeito a uma atualização legalizada da figura da *mucama*, “a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1983, p. 230); e por fim, a mãe preta aquele ser responsável pelo cuidado com as crianças. Nesse ponto, os relatos das migrantes e seus status socioeconômicos no país, evidenciam que mesmo quase três décadas depois dos escritos de Lélia Gonzalez, suas percepções mantêm-se atuais.

Nesse sentido, é justamente por esses estereótipos que as migrantes se mantêm enclausuradas em um local marginal na sociedade brasileira, ocupando subempregos, na maioria dos casos relacionados a trabalhos tradicionalmente femininos. Isso se aplica até mesmo para aquelas com ensino superior completo ou em andamento. Além da perspectiva de González, incorporam-se outras dimensões

das relações raciais, trazidas por Floya Anthias e Nira Yuval-Davis (2005). Quando se pensa em raça, é comum evocar a ideia dicotômica de branco-negro, invisibilizando outras minorias étnicas também racializadas. À vista disso, as autoras defendem a utilização de raça para definir não apenas características biológicas, mas também fatores históricos e contextuais, como a nacionalidade:

Também sugerimos, no entanto, que a questão da inter-relação das diferentes divisões sociais não pode se concentrar apenas nas mulheres brancas *versus* mulheres negras. Isso tem o efeito teórico de definir “racismo” apenas como aplicáveis a mulheres “negras” e se concentra então na cor ao invés da localização estrutural dos grupos étnicos como determinantes de suas relações sociais (ANTHIAS; DAVIS, 1983, p. 63, tradução minha).

Essa afirmação corrobora-se através dos relatos da cubana Isabel e da dominicana Cristina, reproduzidos no trecho a seguir:

“Aqui parece que o povo não é latino como nós de Cuba, é tudo muito diferente. Lá em Cuba o povo é todo alegre, caloroso, parece tudo ser mais colorido. Me tratam como se eu fosse diferente por causa da minha cor de pele, mas eu sempre pensei que eu fosse igual aos brasileiros” (Isabel, Cuba, 34 anos).

“A gente da República Dominicana a gente não é branco nem preto né? A gente é uma mistura, eles não gostam de nós por isso. Mas os homens gostam” (Cristina, República Dominicana, 26 anos).

Mesmo não se auto identificando como negras, ambas entrevistadas declaram se sentir discriminadas, estereotipadas e sexualizadas. Essa projeção de uma narrativa sexual em corpos considerados como “outros” tem suas raízes no período colonial; desde os bailes parisienses do século XIX, onde mulheres não-brancas eram comumente exibidas nuas como forma de entretenimento e dos leilões de venda de escravas, nos quais eram descritas e expostas como mercadorias, até a atualidade onde corpos negros são corriqueiramente expostos e erotizados, especialmente algumas partes como das nádegas e os quadris. Ora, se elas pertenciam ao grupo “outro”, logo elas eram objetos, desprovidas de humanidade, “não era para olharem para elas como seres humanos completos, era para repararem apenas em determinadas partes” (hooks, 2019, p. 112).

Outro ponto relevante a ser trazido para análise é a percepção de Isabel sobre a negação do Brasil como um país da América Latina. Para Lélia Gonzalez (1988), o fenômeno constatado por Isabel é uma das sintomáticas da *neurose cultural brasileira*. De fato, a colonização portuguesa gerou a formação do inconsciente do país que se acha exclusivamente europeu, mesmo que demograficamente as raízes africanas e indígenas se façam presentes. A ferramenta para negação do que Gonzalez chamará de “amefricanidade” volta-se justamente para aqueles (as) que são testemunho vivo dessas raízes. Nesse processo, as mulheres migrantes precisam assimilar as novas identidades que lhes foram atribuídas, pois se em seus países de origem elas eram apenas mulheres, no Brasil elas passaram a ser mulheres-migrantes-racializadas.

Por fim, nos episódios de racismo, discriminação e preconceito racial por elas experienciados interseccionam-se marcadores de gênero e de classe, visto que esses são, na maioria dos casos, elementos indissociáveis e estruturantes da nossa sociedade (DAVIS, 1983; HIRATA, 2014; BIROLI; MIGUEL, 2015). Apesar das diversas formas de opressão expostas até aqui, esse capítulo encerra-se no próximo subitem, o qual tem por objetivo compreender o processo de resistência em seu processo de migração solo como mulheres.

4.2 MECANISMOS DE RESISTÊNCIA

Dentre os episódios anteriormente mencionados, as mulheres-migrantes desenvolveram mecanismos de resistência para transpor as dificuldades por elas enfrentadas. As estratégias de resistência são múltiplas e podem se apresentar em pequenas ações diárias, como ajudar uma amiga a cuidar dos filhos para que essa possa trabalhar/estudar; ou até mesmo embates mais duros, como vocalizar um assédio em um transporte público, mantendo-as firmes perante os desafios e as violências que as acometem devido às suas duplas, triplas ou até maiores identidades subalternas.

No entanto, imigrar sozinha por si só, pode representar um ato de resistência, em uma sociedade de estrutura patriarcal, onde ser mulher e estar desacompanhada em terras estrangeiras representa um risco e exposição a diferentes tipos de violência, desde assédios até tráfico humano, trabalho escravo e violência sexual. Mesmo após muitos avanços referentes à emancipação feminina, reações de

surpresa e desaprovação ainda são muito comuns perante mulheres deslocando-se desacompanhadas. Para a congoleza Janete, e a haitiana Marisa a migração é uma forma de amadurecimento e conquista da autonomia de sua vida, mesmo tendo que deixar a segurança de seu lar para viver as opressões de ser uma estrangeira. Ambas relataram encontrar na migração uma oportunidade de resistir às dificuldades e à vida a ela imposta no país de origem.

“A experiência de migrar fez muita diferença na minha experiência de mulher. Eu saí do país onde eu morava com meus pais, minha mãe, meus irmãos, todo mundo... então meu nível de responsabilidade não era muito, assim, por exemplo, meu dinheiro eu comprava bombons, biscoito, coisas que não tem nada a ver... Já chegando aqui eu adquiri um senso de responsabilidade muito grande, hoje eu como o que dá com meu dinheiro, tenho que cuidar com o que eu faço, onde eu caminho, porque não vai ter ninguém pra dizer: ‘Olha, cuidado! aquela amiga ali não presta, não quero ela!’ Agora eu tenho aquele olho de adulto, já sei identificar pessoas boas, que pessoa é boa para mim, que pessoa não é boa para mim. Os meus estudos, a minha mãe sempre me incentivava, aqui quem tem que me incentivar sou eu mesma” (Janete, Congo, 23 anos).

“Lá no meu país eu era filha mimada, mas a condição do país, a condição que eu estava vivendo não gostava então resolvi viajar” (Marisa, Haiti, 30 anos).

Para algumas de nossas entrevistadas, no deslocamento encontra-se a possibilidade de conquistar nível mais elevado de estudo, para se libertar das tradições sexistas de seus países e adquirir agência de suas vidas, tal como evidenciam os seguintes relatos:

“Eu saí do meu país em busca de escola, lá no meu país a gente não tem escolaridade, é muito difícil você alcançar um nível de conhecimento, e a escola pública quase que não funciona, você tem que pagar pra uma escola privada, e mesmo assim não adquire aquele conhecimento que você precisa. Esse é o principal motivo de eu sair de lá. Eu queria muito estudar” (Cristina, República Dominicana, 23 anos).

“No meu país eu passava muita discriminação por ser mulher e querer ser independente, querer fazer as próprias coisas, a própria escola. Eu sou uma mulher que eu sou muçulmana, e a mulher tem que se submeter a várias coisas, a sua opinião não

importa, tem que submeter a coisas dos homens, fazer o que os homens querem, e eu não queria ser esse tipo de mulher, é por isso que eu queria fazer minhas coisas, sozinha né? Ser mais independente, não ter que me casar forçada, pra fazer coisas que eu não quero. Não é comum que mulheres do meu país migrem, hoje em dia mulheres tem outra visão da vida, mas não elas. A gente é criada para ser uma boa dona de casa, a gente não é criada para ser uma mulher social, independente. Aqui no Brasil eu acho que eu consegui me liberar disso, aqui, o que eu vejo, é que as pessoas não discriminam tanto quanto lá, mesmo que tenha pessoas que ainda acreditam que a mulher tem que ter uma certa posição. Mas não é como lá que é um preconceito enorme ainda. As pessoas não conseguem aceitar o fato da mulher ser independente, querer trilhar o próprio caminho” (Amanda, Guiné Bissau, 30 anos).

Para outras mulheres, deslocar-se pode ser uma forma de fugir das violências do dia a dia, como foi o caso de uma migrante venezuelana que conhecemos no decorrer do trabalho voluntário no CIBAI. Durante uma conversa casual nesta instituição, ela relatou ter sofrido agressões físicas e psicológicas, pelo marido, por cerca de 20 anos. Segundo ela, apenas foi possível libertar-se dessa situação quando veio para o Brasil e aqui relata ter uma vida tranquila com os filhos, a qual nunca pode experienciar em seu país.

A migração feminina é um processo com muitas faces e incontestavelmente diferente do processo migratório de outros grupos sociais. Conforme destacado nos dois últimos capítulos, há muitas possibilidades de intersecção entre seus possíveis marcadores sociais, como gênero, etnia, raça, classe, maternidade, nacionalidade, que acabam colocando-as em uma posição de extrema vulnerabilidade.

Entende-se que ao debater esses pontos, possa incorrer-se a certos essencialismos, porém, é urgente que se denunciem as situações de violências por elas enfrentadas, porque sem dar a devida atenção às demandas dessas mulheres, acaba-se por invisibilizá-las, perpetuando um ciclo de opressões que se estendem às novas gerações de mulheres migrantes. Essas mulheres, apesar de estarem, na maioria das vezes, às margens da sociedade, também estão resistindo a cada dia, superando os obstáculos apresentados e promovendo para si e para suas famílias a oportunidade de uma vida melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XX e o início do século XXI estão marcados pela retomada dos fluxos migratórios mistos, em escala global. Fatores diversos e perversos obrigaram milhares de indivíduos deixar seus lares em busca de refúgio/asilo em terras desconhecidas. É frequente a mídia relatar sobre a “crise de refugiados” que assola os países no continente europeu durante a última década. Na verdade, em que pese a Europa receber um número significativo de migrantes e refugiados, a maior quantidade de deslocados concentra-se entre países do Sul Global, caracterizando um processo de migrações sul-sul.

Na região da América Latina e Caribe, duas grandes ondas migratórias marcaram o século XXI, até o momento: venezuelana e haitiana. A primeira emergiu em meados de 2015 e 2016, quando uma grave crise política, agravada por sanções internacionais, causou uma crise humanitária sem precedentes. Já o Haiti teve como marco um terremoto catastrófico, que em 2010 deixou cerca de 300 mil mortos e mais de um milhão de desabrigados. A situação prévia socioeconômica do país dificultou uma recuperação, resultando assim em um movimento de diáspora. Além da Venezuela e do Haiti, outros países também têm participação ativa nas migrações contemporâneas na região, mesmo em menor escala, com destaque para Colômbia e Bolívia.

O Brasil, apesar de não ser o principal destino de nenhum dos fluxos anteriormente citados, recebeu expressivo número de imigrantes e refugiados dessas regiões, o que significou registros recordes de entrada de estrangeiros no país. Um fator de destaque é a alteração na origem dos imigrantes que entram no país: até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a maior parte dos estrangeiros eram oriundos do Norte Global, especialmente Europa e Ásia, enquanto atualmente eles são majoritariamente provenientes de países do Sul. Além da nacionalidade, seu perfil também se alterou. Se anteriormente as migrações eram, principalmente masculinas e laborais, hoje temos uma proporção quase igual entre homens e mulheres migrantes.

No entanto, não foi apenas quantitativamente que a migração feminina se destacou. As mulheres também passaram de coadjuvantes a protagonistas nesse processo. Elas não migram mais apenas para acompanhar seus maridos ou com objetivo de reunião familiar. Atualmente elas adquiriram autonomia em todas as

etapas do processo migratório, se deslocando sozinhas ou como chefes de família. Essa mudança de paradigma pode ser compreendida por dois ângulos: um deles está relacionado com a expansão do capitalismo e o aquecimento da demanda por mão de obra para trabalhos ditos como “femininos”, onde o aumento das desigualdades socioeconômicas engendradas compeliu as mulheres a migrarem em busca de oportunidades de renda nessas áreas. O outro ângulo diz respeito ao aumento de autonomia e direitos conquistados pelas mulheres nos últimos cinquenta anos, que possibilitaram a elas maior liberdade de se deslocar conforme sua decisão.

Apesar de ser indiscutível a participação cada vez mais feminina nas migrações internacionais, elas ainda continuam invisíveis perante convenções, políticas públicas, leis e projetos de acolhimento, os quais são tradicionalmente criados sob lentes homogeneizadoras. Com isso, elas são colocadas em posição de subalternidade e vulnerabilidade nos países de destino, estando suscetíveis aos mais diversos tipos de violências, que se interseccionam com marcadores sociais como gênero, raça, classe, nacionalidade, etnia e sexualidade.

Posto isso, essa dissertação se propôs a uma escuta atenta das vozes de mulheres imigrantes solo, protagonistas de suas experiências, para compreender como o gênero as moldam, tendo por base o referencial da Teoria Política Feminista, especialmente o pensamento negro e interseccional. Para tanto, optou-se pelo presente estudo de caso, com mulheres solo que migraram para Porto Alegre. Através de uma pesquisa de campo no Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às migrações (CIBAI Migrações) foram entrevistadas 20 mulheres migrantes, cujo critério de seleção foi a vinda ao Brasil de maneira solo, no período compreendido entre 2017 e 2020. As participantes eram, em sua maioria, negras e com menos de 30 anos. Com elas foram realizadas entrevistas semiestruturadas, através de um questionário pré-estabelecido, dividido em três grandes blocos: informações sociodemográficas, processo de migração e estabelecimento no Brasil.

Com base nas respostas obtidas, identificam-se cinco eixos de análise, em suas experiências, que são influenciados pelo gênero, sendo eles: maternidade, mercado de trabalho, violências, raça e resistências. Após essa identificação, dividiu-se a estrutura para analisar o material empírico. Nos capítulos 3 e 4 empreendeu-se a análise das falas das migrantes à luz da Teoria Política Feminista. Sete das nossas entrevistadas são mães, todas com filhos menores de 10 anos. Seus relatos

expuseram as dificuldades intrínsecas da relação entre maternidade e estrangeira. É unânime entre elas que o maior desafio diz respeito à inserção no mercado de trabalho, visto que ainda há, no Brasil, discriminação na contratação de mulheres com filhos dependentes.

Para as migrantes a situação se agrava, pois elas não possuem rede de apoio no país para auxiliá-las a cuidar dos filhos durante o horário de expediente. Nesse contexto, o Estado, que deveria disponibilizar vagas em creches públicas para todas, falha em oferecer vagas suficientes; e quando oferece, por vezes, o acesso lhes é negado por questões de xenofobia. A privação de suporte também afeta outras esferas de suas vidas, como aprender português e fazer redes de contato, visto que os locais onde elas fariam essas atividades, raramente, aceitam crianças. Essas situações agravam os sentimentos de solidão, comuns na maternidade e no processo de migração, prejudicando assim sua saúde mental. Constatamos que os desafios que as mulheres migrantes-mães enfrentam estão relacionados aos papéis tradicionais de gênero e a construção social do papel de mãe e não possuem relação com o processo biológico em si de gestar e ter filhos.

Conforme citado anteriormente, a inserção no mercado de trabalho de nossas entrevistadas intersecciona-se com questões referentes à maternidade, mas não somente, vimos que gênero, raça e nacionalidade também são marcadores determinantes nesse eixo analítico. Primeiramente, salientamos que a divisão sexual do trabalho tradicionalmente aprisiona as mulheres a posições de trabalhos tidos como *femininos*, geralmente relacionados a serviços domésticos e cuidado de vulneráveis. Com a evolução dos movimentos feministas e o processo de emancipação feminina, muitas mulheres conseguiram se libertar dessa categoria laboral. No entanto, como os papéis de gênero não se alteraram, os trabalhos femininos foram delegados àquelas que estão às margens da sociedade, como migrantes, negras, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, as participantes desta dissertação, mesmo quando possuidoras de ensino superior, trabalham como domésticas, cozinheiras ou cuidadoras, quando conseguem se inserir no mercado de trabalho. Uma parcela delas só conseguiu trabalhos em caráter de informalidade, visto que não conseguiram se inserir no mercado formal, onde as razões por elas apresentadas foram principalmente o racismo, a xenofobia e o sexismo.

No capítulo 4 foi abordado o eixo das violências, marcado por situações de cunho racial, gênero e nacionalidade. Por serem negras ou indígenas, as participantes dessa dissertação relataram situações em que seus corpos foram objetificados e sexualizados, colocando-as em situações de constrangimento e perigo. Seu status de estrangeira no país dificultou seu acesso a redes de proteção e apoio, deixando-as em posição de extrema vulnerabilidade perante seus agressores. Os resquícios do passado escravagista e colonial brasileiro, que tratou mulheres racializadas como escravas, tanto domésticas quanto sexuais, contribuíram para a naturalização das experiências violentas sofridas por elas. As entrevistadas relataram surpresa ao descobrir o Brasil como um país racista, pois a ideia que elas sabiam da região estava em conformidade com a narrativa de um mito construído. Esse imaginário se perpetua com a adesão e exposição desse “outro Brasil” pela mídia internacional: um local diverso, alegre e de povo acolhedor. Todavia, de acordo com elas, sua experiência foi o oposto disso, especialmente porque ingressaram em um dos estados considerados como os mais racistas do país.

Questões de gênero e raciais perpassam todos os eixos aqui propostos, criando uma teia complexa de opressões que se cruzam e interseccionam colocando as mulheres migrantes em situação de maior ou menor vulnerabilidade de acordo com os marcadores sociais a elas empregados. Por essa razão, ao se considerar que os migrantes são um grupo homogêneo, invisibiliza-se as experiências e necessidades de cada subgrupo e os deixa às margens da sociedade. Apesar de todas as adversidades decorrentes de ser mulher-migrante-negra, e por vezes também mãe, é nítido que elas estão continuamente transpondo obstáculos e criando estratégias de resistência, muitas vezes construindo valiosos laços de sororidade entre elas. A migração, mesmo podendo ser um processo violento, para muitas é uma forma de emancipação e de adquirir comando sobre suas vidas. Ainda se faz necessário desenvolver mais estudos que se aprofundem sobre os mecanismos de resistência diários das mulheres migrantes, a fim de debater não só sobre as vulnerabilidades e as violências por elas enfrentadas, mas ir além, discutindo sua resiliência e os processos de enfrentamento por elas desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- AIROSA, Sara; SILVA, Isabel. Associação entre vinculação, ansiedade, depressão, stress e suporte social na maternidade. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 14, n. 1, p. 64-77, 2013.
- ANTHIAS, Floya, YUVAL-DAVIS, Nira. Contextualizing feminism: ethnic, gender and class divisions. **Feminist Review**, n. 15, pp. 62-75. 1983.
- ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. **Racialized boundaries: Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle**. Routledge, 2005.
- ARAUJO, Ana Paula Correia de; FILARTIGAS, Danilo Magno Espíndola; CARVALHO, Luciani Coimbra de. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiroço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 1, pp. 131-141, Jun. 2015.
- AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, n. 2, pp. 269-276, 2006.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos MetrÓpole**, v. 22, n. 47, pp. 17-40, 2020.
- BAENINGER, Rosana. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu, setembro/outubro de 2008. Anais, pp. 1-21, 2016.
- BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações sul-sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP), 2018.
- BANDURA, Albert. Social cognitive theory: An agentic perspective. **Annual Review of Psychology**, v. 52, n. 1, p. 1-26, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENHABIB, Seyla *et al.* **The rights of others: Aliens, residents, and citizens**. Cambridge University Press, 2004.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, Set. 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, vol. 20, nº 2. Londrina, 2015, pp. 27-55.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: Incorporating gender into international migration theory. **Migration Information Source**, v. 1, n. 35, p. 28, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2011.

CASTLES, Stephen. MILLER, Mark J. **The Age of Migration**. The Guilford Press. Primeira Edição. 1993.

CEPAL. **Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe**. Síntesis y conclusiones. Montevideo: CEPAL, 2006.

CHODOROW, Nancy. **Estrutura familiar e personalidade feminina**. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65-94, 1979.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. On violence, intersectionality and transversal politics. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, pp. 1460-1473, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLINS, Patricia Hill. Reflections on the outsider within. **Journal of Career Development**, v. 26, n. 1, pp. 85-88, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. The difference that power makes: intersectionality and participatory democracy. **Investigaciones Feministas**. Ed. 8, pp. 19-39, 2019.

COUTINHO, Tadeu *et al.* Monitoramento do processo de assistência pré-natal entre as usuárias do Sistema Único de Saúde em município do Sudeste brasileiro. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 32, n. 11, p. 563-569, 2010.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Race, gender, and sexual harassment. **Southern California Law Review**, Vol. 65, Issue 3 (March 1992), pp. 1467-1476, 1992.

DA SILVA, João Guilherme C. M. G. X.; DE MACEDO, Fernando Vicente A. B. **Resposta a fluxos migratórios e inclusão social de imigrantes haitianos no Brasil**. Enap – Escola Nacional de Administração Pública, Casoteca de Gestão Pública [s. l.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ifilJf> Acesso em: 07 jan. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **Women, race, and class**. New York: Vintage Books, 1983.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 23, p. 223-237, 2012.

ECHEVERRI, M. M. Otriedad racializada en la migración forzada de afrocolombianos a Antofagasta (Chile). **Revista Nómadas**, Bogotá, n. 45, pp. 91-103, 2016.

EDMOND, Charlotte. **Global migration, by the numbers: who migrates, where they go and why**. World Economic Forum. 10 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2SaXNaa> Acesso em: 26 jan. 2021.

FENNEKE, Reysoo. Féminisation de la migration. *In: Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations*, **Cahiers Genre et Développement**. Edição 5. Genebra. pp. 119-121, 2005.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2017.

FIRESTONE, Shulamith. **The dialective of sex**. London: Paladin, 1972.

FRANÇA, R, A.; RAMOS, W, M.; Montagner, M, I. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, pp. 89-106, 2019.

FRASER, Nancy. Recognition or redistribution? A critical reading of Iris Young's Justice and the Politics of Difference. **Journal of Political Philosophy**, v. 3, n. 2, pp. 166-180, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FRIEDAN, Betty. **The Feminine Mystique**. New York: Norton, 1963.

GABACCIA, Donna R. **Feminization of Migration**. The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies, p. 1-3. 2016.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, pp. 167-191, 1969.

GOERCK, Caroline *et al.* **Refugiados e políticas sociais: dilemas e realidades no século XXI**. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina, 2017, Florianópolis. **Anais**. pp. 1-8.

GOLDSTEIN, Katherine. **O preconceito explícito contra as mães no mercado de trabalho**. The New York Times. In: Gazeta do Povo. Publicado em: 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cjDNZD> Acesso em: 26 jan. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1983. 303 p. (Ciências Sociais Hoje, 2) pp. 223-44.

GREVE, Gudrun (Org). **Migrant Women and Human Trafficking: Handbook for Professionals**. 2016.

GÜNDÜZ, Zuhai Yesilyurt. The feminization of migration: Care and the new emotional imperialism. **Monthly Review**, v. 65, n. 7, p. 32, 2013.

GUPTA, Akhil. Red tape: **Bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Duke University Press, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, pp. 595-609.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. Sisterhood: Political solidarity between women. **Feminist Review**, v. 23, n. 1, pp. 125-138, 1986.

HOUSTON, Marion F.; KRAMER, Roger J.; BARRETT, Joan Mackin. Female Predominance in Immigration to the United States Since 1930: A First Look. **International Migration Review**, v. 18, n. 4, pp. 908-963, 1984.

KAWAR, Mary. Gender and Migration: Why are women more vulnerable? In: **Femmes en mouvement: Genre, migrations et nouvelle division internationale du travail [online]**. Genève: Graduate Institute Publications, 2004. pp. 71-87. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6256> Acesso em: 10 dez. 2020.

KRUG, Etienne G.; SHARMA, Gyanendra K.; LOZANO, Rafael. The global burden of injuries. **American Journal of Public Health**, v. 90, n. 4, pp. 523-526, 2000.

LABADIE-JACKSON, Glenda. Reflections on domestic work and the feminization of migration. **Campbell Law Review**, v. 31. 2008.

LÁZARO-CASTELLANOS, Rosa; JUBANY-BAUCELLS, Olga. Mujeres de origen inmigrante: Cuerpos y subjetividades en movimiento. **Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable**, v. 8, pp. 169-180, 2012.

LE GOFF, Maelan. **Feminization of migration and trends in remittances**. IZA World of Labor, Institute of Labor Economics (IZA), pp. 220-220, 2016.

LEVIT, Nancy. Confronting conventional thinking: the heuristics problem in feminist legal theory. **Cardozo L. Rev.**, v. 28, pp. 391-394, 2006.

LUIZ, Edson Medeiros Branco; HELENO, Eduardo. O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul-americana. **Poder, Estratégia e Sociedade** [s. l.], ed. 1, 2011.

MANETTA, Alex. **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística**. In: BAENINGER, Rosana (Org.) Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012, pp. 257-270.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 15, n. 29, pp. 5-22, 2007.

MARTES, Ana Cristina Braga; WEBER, Soares. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, pp. 41-54, 2006.

MARTINEZ, Susana Martínez; DUTRA, Delia. Experiências de racismo desde la inmigración Haitiana y Africana en Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, pp. 99-113, 2018.

MARTINS, José R. V. *et al.* (Orgs). **A diáspora haitiana da utopia à realidade: perfil dos haitianos em Cascavel Paraná**. Foz do Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. London: Abacus. 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Editora Fiocruz, 2006.

MORAIS, Pâmela. **Xenofobia no Brasil: o que gera essa intolerância?** Publicado em 17 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/xenofobia-no-brasil-existe/> Acesso em: 08 fev. 2021.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014.

MOROKVAŠIĆ, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, v. 18, n. 4, pp. 886-907, 1984.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, 2000, pp. 9-41.

OB MIGRA. Observatório das migrações. **Relatórios anuais: dimensões da migração internacional: desigualdades, formalização no mercado de trabalho e status migratório**. Disponível em: <https://bit.ly/3vXyl6D> Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Flávia Aline de. **A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000-2016): ao que e a quem serve?** Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. 109 p.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, pp. 183-196, Ago. 2006.

PAZELLO, Elaine Toldo. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho? Um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, pp. 507-538, 2006.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, pp. 339-363, 2011.

PINHEIRO, Luana Simões *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua.** Textos para Discussão IPEA, Brasília, n. 2528, nov. 2019.

PITTAWAY, Eileen; PITTAWAY, Emma. Refugee Woman: a Dangerous Label. **Australian Journal of Human Rights** [s. l.], v. 10, 2004.

PLATONOVA, Anna; GÉNY, Lydia Rosa. **Women's empowerment and migration in the Caribbean.** Serie: Studies and Perspectives Series – The Caribbean. Comisión Económica para América Latina (CEPAL), n. 59, 2017, 43 p.

RICO, Nieves María. **Las mujeres latinoamericanas en la migración internacional.** Madrid: CEPAL, 2006.

RODRIGUES, Roberta de Alencar. ESPINOSA, Leonor María Cantera. ¿Cómo mujeres inmigrantes enfrentan la violencia en la relación de pareja? **Estudios de Psicología** (Natal), v. 19, n. 1, pp. 4-12, Mar. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992, pp. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, PUC, 1997c, pp. 59-79.

SASSEN, Saskia. **The feminization of survival: alternative global circuits.** In: MOROKVASIC-MULLER, Mirjana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko (Eds.) *Crossing Borders And Shifting Boundaries* [s.l.], pp. 59-77, nov. 2003. VS Verlag für Sozialwissenschaften. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-663-09529-3_4. Acesso em: 04 maio 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, pp. 265-285, ago. 2005.

SILVA, Sidney A. da. **Bolivianos em São Paulo**. Dinâmica cultural e processos identitários. *In*: Migração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp); Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012

SOUSA, Daniela Delias de; PRADO, Luiz Carlos; PICCININI, Cesar Augusto. Representações acerca da maternidade no contexto da depressão pós-parto. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 24, n. 2, pp. 335-343, 2011.

STOJSAVLJEVIC, Jovanka. Women, conflict, and culture in former Yugoslavia. **Gender & Development**, v. 3, n. 1, pp. 36-41, 1995.

TENÓRIO, Jeferson *et al.* **Entrevista com Jeferson Tenório**. 2018.

UNFPA. **Estado de la población mundial 2006**. Hacia la esperanza: Las mujeres y la migración internacional. UNFPA, 2006.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Haiti, statistique**. Disponível em: Acesso em: 30 abr. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “*soft*”? As relações Brasil-África do governo Lula. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-SUL**, v. 1, n. 1, pp. 65-84, 2010.

YOUNG, Iris Marion. **On female body experience**: “Throwing like a girl” and other essays. Oxford University Press, 2005.

YOUNG, Iris Marion. Unruly categories: a critique of Nancy Fraser’s dual systems theory. **New Left Review**, London, pp. 147-160, 1997.

ZLOTNIK, Hania. **The Global Dimensions of Female Migration**. Migration Policy Institute. Publicado em: 01 de março de 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-dimensions-female-migration#:~:text=The%20main%20revelation%20of%20the,of%20their%20countries%20of%20birth> Acesso em: 02 mar. 2021.

ANEXO A - Roteiro de entrevistas

Bloco Identificação Sócio-Demográfica

Nome:

Local de nascimento (urbano/rural):

Idade:

Escolaridade:

Estado civil: Já foi casada e por quanto tempo? Hoje vive com quem?

Tem filhos? Quantos?

Possui alguma renda no momento? Se não, quem sustenta a casa?

Bloco Processo de Migração

1. Qual a principal razão que levou a sair de seu país?
2. Veio sozinha ou acompanhada, por quem? Que idade tinha quando chegou ao Brasil?
3. Quando chegou ao Brasil e por onde entrou?
4. Teve alguma outra tentativa de migração (quando e para onde?)
5. Por que escolheu o Brasil?
6. Por que o Rio Grande do Sul?
7. A experiência no Brasil está de acordo com suas expectativas?
8. Pretende voltar ao seu país de origem?
9. Deve perguntar algo sobre o impacto de vir sozinha (ser a protagonista do processo) e suas responsabilidades com os demais membros do grupo familiar

Bloco Processo Inclusão Social e Mercado de trabalho

10. Está trabalhando no momento? Se não, quando foi o último trabalho remunerado?
11. Caso positivo, responder:
 - a) Qual a ocupação? Ela está de acordo com sua formação profissional?
 - b) Há quanto tempo?
 - c) Está satisfeita com as condições de trabalho? Se não, por que e qual atividade gostaria de estar desempenhando?
12. Qual era a última ocupação no país de origem?
13. Quando começou a trabalhar no país de origem?
14. Na sua opinião, o Brasil oferece condições para sua inserção social? Em caso negativo, o que está faltando?

Bloco Violências

15. Já passou por discriminação quanto a gênero e/ou raça? Em qual situação?
16. O que acha dos brasileiros? E dos gaúchos?
17. Como descreve a acolhida que teve no Brasil? Quem fez o acolhimento?
18. Já se sentiu ameaçada em alguma ocasião? (em função do gênero ou raça ou migrante?)
19. Como se sente em relação aos órgãos e agentes de segurança, por ex. policiais? Sente-se protegida ou intimidada por eles? Em quais situações teve contato com esses agentes?

Bloco Maternidade

20. Qual idade dos filhos? Algum filho nasceu no Brasil?
21. Estão na escola ou creche? particular ou pública?
22. Sente dificuldade em se inserir no mercado de trabalho devido ao fato de ser mãe?
23. Identificou mudança depois que se tornou mãe? Exemplifique, fale sobre isso.
24. Como percebe a dupla ou tripla jornada de trabalho, sente-se sobrecarregada? As tarefas da casa são divididas com alguém? Quais tarefas e com quem?
25. Quantas horas do dia são dedicadas ao cuidado das crianças? Gostaria de ter mais tempo para si?
26. Perguntar/solicitar alguma reflexão sobre os papéis sexuais e a divisão sexual do trabalho
27. Tem intenção de ter filhos ou caso já tenha, de ter mais filhos?
28. Qual a expectativa de futuro tem para eles?
29. Filhas e filhos são socializados da mesma forma? Tratamento igual ou diferente e por que?
30. No horário que tem tempo livre, faz o quê?

ANEXO B - Listagem das entrevistadas

Nome	Nacionalidade	Idade
Adriana	Guiné Bissau	30 anos
Amanda	Haiti	26 anos
Ana	Cuba	34 anos
Beatriz	Haiti	32 anos
Claudia	Haiti	29 anos
Dayse	Haiti	25 anos
Gabriela	Haiti	23 anos
Isabel	Haiti	35 anos
Janete	Senegal	31 anos
Joana	Haiti	30 anos
Juliana	Haiti	42 anos
Jussara	Venezuela	38 anos
Luana	Congo	23 anos
Luiza	Venezuela	25 anos
Magda	Haiti	48 anos
Marisa	Congo	21 anos
Nathalia	República Dominicana	20 anos
Thainá	Colômbia	33 anos
Vanessa	Senegal	41 anos
Vera	Haiti	23 anos